

**Aplicação da Análise de
Conteúdo na Perspectiva de
Bardin em uma Aproximação
Avaliativa do Pronaf-PB**



22 2 2006

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Cerrados
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 201

Aplicação da Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin em uma Aproximação Avaliativa do Pronaf-PB

*Francisco Eduardo de Castro Rocha
Francisco José Batista de Albuquerque
Maria Quitéria dos Santos Marcelino
Mardonio Rique Dias
José de Queiroz Pinheiro*

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Cerrados

BR 020, Km 18, Rod. Brasília/Fortaleza

Caixa Postal 08223

CEP 73310-970 Planaltina, DF

Fone: (61) 3388-9898

Fax: (61) 3388-9879

<http://www.cpac.embrapa.br>

sac@cpac.embrapa.br

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: *José de Ribamar N. dos Anjos*

Secretária-Executiva: *Maria Edilva Nogueira*

Supervisão editorial: *Fernanda Vidígal Cabral de Miranda*

Equipe de Revisão: *Fernanda Vidígal Cabral de Miranda*

Francisca Elijani do Nascimento

Jussara Flores de Oliveira Arbués

Normalização bibliográfica: *Rosângela Lacerda de Castro*

Editoração eletrônica: *Wellington Cavalcanti*

Capa: *Wellington Cavalcanti*

Foto(s) da capa: *Francisco Eduardo de Castro Rocha*

Impressão e acabamento: *Divino Batista de Souza*

Alexandre Veloso

Impresso no Serviço Gráfico da Embrapa Cerrados

1ª edição

1ª impressão (2008): tiragem 100 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Cerrados

A64 Aplicação da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin em uma aproximação avaliativa do Pronaf-PB / Francisco Eduardo de Castro Rocha... [et al]. – Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2008. 80 p. — (Boletim de pesquisa e desenvolvimento / Embrapa Cerrados, ISSN 1676-918X ; 201)

1. Crédito rural - pagamento. I. Rocha, Francisco Eduardo de Castro. II. Série.

332.71 - CDD 21

© Embrapa 2008

Sumário

Introdução.....	7
As crenças como unidade de análise no campo da Psicologia Social	9
Avaliação de programa social com base no levantamento de crenças.....	11
Teoria da Ação Planejada (TAP): um modelo de estudo comportamental.....	14
Material e Métodos.....	18
Delineamento	18
Participantes	18
Instrumento.....	18
<i>Validação semântica</i>	19
Procedimentos.....	20
Análise dos dados.....	20
<i>Plano de análise</i>	21
<i>Descrição e operacionalização de categorias e subcategorias</i> ...	25
Resultados e Discussão.....	31
Perfil dos respondentes do Pronaf A e B.....	31

Avaliação do Pronaf	45
Avaliação da intenção de pagamento do crédito	53
Conclusões.....	57
Limitações	61
Contribuições	61
Recomendações.....	61
Agradecimento	63
Referências	63
Referências recomendadas	66
Anexos	67
Anexo A.	67
Anexo B.	72
Anexo C.	78

Aplicação da Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin em uma Aproximação Avaliativa do Pronaf-PB ¹

Francisco Eduardo de Castro Rocha²

Francisco José Batista de Albuquerque³

Maria Quitéria dos Santos Marcelino⁴

Mardonio Rique Dias⁵

José de Queiroz Pinheiro⁶

Resumo – Foram apresentados os passos iniciais para uma aproximação empírica a um objeto de estudo complexo, como é o caso da avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa etapa preliminar da investigação, executada de forma qualitativa, foi base para a construção de um instrumento quantitativo. Ademais, possibilitou o início deste processo avaliativo embasado nas crenças dos beneficiários dos Grupos A (Assentados, $n = 27$) e B (Agricultores familiares, $n = 26$) sobre o funcionamento do Pronaf, tomando como referencial teórico os preceitos da Psicologia Social. O delineamento foi correlacional, com amostragem não-probabilística. A coleta de dados ocorreu por meio de um instrumento com 20 perguntas abertas, aplicado na forma de entrevista individual, em 19 comunidades rurais, de 9 municípios das quatro mesorregiões da Paraíba. A análise dos dados foi realizada mediante o conjunto de técnicas de análise de conteúdo, conforme modelo de Bardin. Alguns vieses foram observados, como a crença de que o crédito rural é um recurso a fundo perdido, uma ajuda; tendo sido também identificados problemas relacionados à produção e à comercialização decorrentes da falta de assistência técnica.

Termos para indexação: Psicologia Social, avaliação de programa, teoria da ação planejada, agricultura familiar, pagamento de crédito rural, Pronaf.

¹ Parte da Tese do primeiro autor (Avaliação psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado da Paraíba, 2008)

² Engenheiro Agrícola/Psicólogo, D.Sc., Embrapa Cerrados, rocha@cpac.embrapa.br

³ Psicólogo, D.Sc., Professor da Universidade Federal da Paraíba, frajoba@uol.com.br

⁴ Pedagoga, M.Sc., mqmarcellino@yahoo.com.br

⁵ Psicólogo, D.Sc., Professor da Universidade Federal da Paraíba (in memoriam)

⁶ Psicólogo, Ph.D., Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pinheiro@cchla.ufrn.br

An Approach Assessment of the Pronaf (Government Social Program) at the Paraíba State: an application of the content analysis in Bardin's perspective

Abstract – It were presented the initial steps for an empiric approach of a complex object of study as the evaluation of the Pronaf, a line of credit for small farmers implemented by the Brazilian Federal Government since 1996. This preliminary stage of the investigation was executed by the qualitative method. It served as a base for the elaboration of a quantitative mensuration instrument. Moreover, this initiate assessment process was based in the Pronaf beneficiaries' beliefs about your operation, taking as theoretical model the precepts of the Social Psychology. In order to develop this evaluation, a relational non probabilistic sample design was used. Two groups from Paraíba State participated of this study. Group A (agrarian reform settlers, $n = 27$) and Group B (small farmers, $n = 26$). A questionnaire with 20 opened questions was applied by the individual interview. The analysis of the data was accomplished by the content analysis technique, in Bardin's perspective. Some problems were pointed: the belief that the rural credit is a fund without return and the agricultural production and commercialization were related to lack of technical assistance.

Index terms – social psychology, social program evaluation, theory of the planned behavior, small farm agriculture, payment of rural credit, Pronaf.

Introdução

Esta avaliação faz parte de um estudo preliminar de cunho qualitativo que serviu de base tanto para a construção de um instrumento quantitativo como para iniciar o processo avaliativo do Pronaf. Para isso, foram consideradas as crenças dos assentados da reforma agrária e dos agricultores familiares sobre o funcionamento desse programa. Para a análise das respostas, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, conforme modelo de Bardin.

Como esse procedimento é pouco divulgado nas áreas agronômicas, pretende-se detalhar o seu processo de operacionalização, bem como a sua utilidade. Isso, porque o produto final de uma técnica com a qual se lida no campo é o homem, e este é um ser complexo, com volição, motivação e desejos próprios. Muitas vezes no processo interativo entre o técnico e o agricultor, existem dificuldades que podem ser depuradas com a ajuda dessa forma de entender as crenças das pessoas.

O Pronaf tem como eixo orientador a intervenção estatal mediante a concessão de crédito rural direcionado a grupos de trabalhadores rurais (assentados da reforma agrária, agricultores familiares). O governo federal lançou o Pronaf em 1996 para apoiar financeiramente atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. As atividades não agropecuárias referem-se aos serviços vinculados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e a outras prestações de serviços no meio rural, compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007). Como consequência, espera-se a promoção do desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar por meio de seus beneficiários: os agricultores familiares, assentados, povos indígenas e pescadores, estruturados em cinco grupos de beneficiários, A, B, A/C, D e E (AMORIM, 2003; FERREIRA, 2007a, 2007b).

As alterações que o Pronaf vem sofrendo desde a sua criação, segundo Ferreira (2007a), são tentativas de melhor atender à dinâmica de funcionamento dos diferentes grupos de produtores pertencentes à agricultura familiar e, conseqüentemente, servir mais efetivamente de instrumento facilitador ao desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, os agricultores, principalmente os do Grupo B, para sobreviverem no campo, exploram diferentes atividades agrícolas e não agrícolas. Isso gera uma dinâmica socioeconômica pluriativa, chamando a atenção para formas alternativas de organização da produção e de vida no campo.

A combinação dessas atividades insere a família rural em diferentes setores, ampliando o seu campo de atuação e de inserção social e econômica. A noção de pluratividade encontra-se, assim, diretamente associada à de multifuncionalidade, já que questiona as fronteiras entre os diferentes setores de atividade e de emprego. Ambas, segundo Maluf (2002) e Schneider (2003), têm foco no significado econômico, tanto das atividades cuja composição e significados diferem em diversos contextos históricos e espaciais (pluratividade), como das relações e redes sociais outras, que não as econômicas (multifuncionalidade).

Por ser um programa relativamente recente, que vem sofrendo constantes alterações em seus processos de funcionamento, e devido à carência de tradição em avaliação de programas sociais no Brasil, pouco se conhece a respeito da avaliação do Pronaf do ponto de vista comportamental. Baseando-se nos conceitos da Psicologia Social, ciência voltada ao estudo do comportamento humano, pode-se dizer que a política pública é um mecanismo de intervenção do Estado para propiciar a determinados segmentos da sociedade, por meio da implantação, desenvolvimento ou melhoria de serviços e produtos, a geração de impactos na qualidade de vida com reflexos nas crenças, atitudes e valores dessa população. Conseqüentemente, espera-se que novos comportamentos, situações e resultados apareçam em prol da

resolução de problemas de ordem socioeconômica, educacional, de saúde, produtiva, entre outros.

Um desses aspectos é o agrícola, como é o caso do desenvolvimento rural. Tradicionalmente, a disponibilização de conhecimentos, tecnologias e créditos tem sido o meio utilizado pelos programas de governo para a promoção do desenvolvimento rural. Entretanto, esses insumos não levam em consideração as crenças, as atitudes, os valores e os comportamentos dos atores sociais envolvidos nesse contexto. Todavia, essas variáveis são preponderantes para que os resultados sejam alcançados a contento. Nesse sentido, maiores informações conceituais, sobre crenças, são apresentadas a seguir com o intuito de estabelecer a sua relação com a avaliação do programa.

As crenças como unidade de análise no campo da Psicologia Social

As crenças, como outros conceitos correlatos, são relevantes para explicar muitos comportamentos, inclusive aqueles ligados às instituições e programas sociais. Com base nos conceitos de crença e sistema de crenças, Rokeach (1981) desenvolveu uma espécie de taxonomia para distingui-las e explicá-las. Comparando-se o sistema de crenças a um universo de estrelas, ele explica que as crenças variam ao longo de uma dimensão periférica-central. Quanto mais central for a crença, maior será sua resistência às mudanças; quanto mais central for a crença que mudou, maior será o impacto sobre as demais.

Um exemplo dessas ponderações do autor é que, toda vez que ocorre um maior período de estiagem no Sertão, o produtor costuma receber um recurso a fundo perdido (auxílio à seca). Por conseguinte, a crença de que o dinheiro do governo vai chegar logo pode reforçar ou dar origem a outras crenças, como por exemplo, o governo é bom, é a salvação da lavoura, a dívida será perdoada. Dessa forma, comportamentos importantes como procurar apoio técnico ou outras soluções, embasados nessas crenças, podem ser deixados de lado.

Assim, Rokeach (1981) apresentou as seguintes classes de crenças:

Tipo A – formado por crenças primitivas, de consenso 100 %, pois são aprendidas pelo encontro direto com o objeto da crença, não derivam de outras crenças e são reforçadas pelo consenso social. Esse tipo de crença refere-se às verdades básicas, comuns a todos, como por exemplo, se um produtor diz que comprou uma “vaca embezerrada”, todos sabem que ele comprou uma vaca acompanhada de um bezerro. Se o mesmo produtor considerar que tal infra-estrutura é um curral, ou um aprisco, todos já conseguem identificar o objeto a que ele se refere. Sendo assim, é uma crença que pertence sobretudo ao mundo concreto.

Tipo B – formado também por crenças primitivas, mas de consenso zero, pois as crenças que não são compartilhadas não exercem influência persuasiva sobre outras pessoas. Além disso, elas são crenças psicológicas incontrovertíveis, um tipo de crença baseada na fé. Se um produtor diz: “se Deus mandar a chuva, esse ano, não vou perder o roçado”, ele quer dizer que Deus é o único capaz de resolver seu problema enviando a chuva, e isso é uma verdade incontestável para ele, mas não para os técnicos ou meteorologistas. Portanto, esse tipo de crença está mais relacionado ao campo abstrato.

Tipo C – constituído por crenças de autoridade, não-primitivas, geralmente apresentam menor resistência à mudança quando comparada com as anteriores. Em relação a esse tipo de crença, o autor explica que é baseada em um referente, ou grupos de referência, como denominado na Sociologia, podendo ser então um líder político, um técnico, um padre, um pastor, ou seja, uma autoridade. No caso do produtor em relação ao técnico da extensão rural, ele pode confiar ou não na orientação do técnico, e acatar ou não à sua orientação. Além disso, são crenças compartilhadas por um grupo específico.

Tipo D – formado por crenças derivadas, são geradas tendo como base a credibilidade de uma autoridade, são mantidas apenas por uma questão de confiança. Esse tipo de crença está relacionado à credibilidade da fonte. Se um produtor pensa que o banco não perdoa, evidentemente que procurará atender às exigências do banco. Por outro

lado, se não se identifica com determinados programas, Pronaf, por exemplo, ele dará pouco crédito aos seus emissários e, menos ainda, o procurará.

Tipo E – constituído por crenças inconseqüentes, as quais estão mais ligadas à questão de gosto, podendo ser mais ou menos arbitrárias. Se mudarem, elas provocam menos conseqüências para a manutenção de outras. É um tipo de crença baseada no gosto, de caráter pessoal, inconseqüente. Um produtor que não gosta de determinada prática agropecuária, como por exemplo, a higienização do úbere da vaca antes da ordenha, pode apresentar certa dificuldade em mudar seu hábito, assim, tudo vai depender da importância ou de seu interesse pela mudança.

O sistema de crenças de uma pessoa definido por Rokeach (1981) abrange crenças inconseqüentes, derivadas, pré-ideológicas sobre uma autoridade específica e crenças primitivas pré-ideológicas, compartilhadas ou não socialmente sobre a natureza do mundo físico, da sociedade e do eu. No contexto da implementação do Pronaf, todas essas informações em contraste com o sistema de crenças e valores dos agricultores irão influenciar suas atitudes e comportamentos, incluindo sua opinião sobre o programa. Dessa forma, o estudo de suas crenças poderá fornecer preciosas informações sobre determinado objeto, no caso o Pronaf.

Avaliação de programa social com base no levantamento de crenças

O Estado utiliza diversas estratégias para implementar as políticas públicas, como por exemplo, os programas sociais. No caso das políticas agrícolas, o resultado esperado desses programas é o desenvolvimento rural obtido por meio de metas produtivistas e mecanismos como o crédito agrícola. Mas, subjacentes a esse processo, encontram-se as questões comportamentais que são imprescindíveis ao andamento das atividades, pois o comportamento requerido afeta diretamente a eficiência e a eficácia com que são realizadas as ações. Para tanto, a avaliação torna-se um dos meios facilitadores do processo de intervenção do Estado.

Nesse sentido, surge a necessidade da avaliação e acompanhamento dos programas sociais. Cozby (2003) enfatiza que pesquisadores freqüentemente se defrontam com questões de pesquisa aplicada e de avaliação do comportamento. Avaliar programas e políticas públicas, segundo Silva (1999), constitui um poderoso instrumento para gestores, formuladores e implementadores, uma vez que serve de base para a tomada de decisões com maior objetividade e qualidade, maximizar os efeitos do gasto público, identificar e superar pontos de estrangulamento, verificar os êxitos dos programas e, conseqüentemente, abrir novas perspectivas racionais à implementação de políticas com maior capacidade para se alcançar os resultados desejados.

Ante essas considerações, Silva (1999) descreve três possibilidades de análise: (1) univariada e o diagnóstico do programa e de sua estratégia de implementação; (2) inferencial de dados quantitativos, incluindo, por exemplo, técnicas de análise de clusters, análise de correspondência simples e múltipla, bem como, a análise de regressão logística para testar as associações mais significativas entre as características dos agentes e das organizações implementadoras e o desempenho dos programas e, por fim, (3) a análise dos dados qualitativos extraídos de entrevistas e de grupo focal.

Ambas as abordagens (qualitativa e quantitativa) apresentam aspectos metodológicos distintos. Contudo, Triviños (2006) diz que em geral elas seguem a mesma rota ao realizar uma investigação. Existe uma escolha do problema de pesquisa, uma coleta e uma análise de informações. O importante é observar que nem as hipóteses nem os esquemas de inquirição estão aprioristicamente estabelecidos, pois a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto.

No que se refere à análise de dados, Triviños (2006), assim como Bardin (2004), recomendam a análise de conteúdo, uma vez que esse método se presta ao estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e a compreensão das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios e diretrizes de uma sociedade. Para

Minayo (2004), a expressão análise de conteúdo é mais comumente empregada para o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. Do ponto de vista de Bardin (2004), a análise de conteúdo se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações (procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens) de indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Zanelli (2002) comenta que, em geral, nas pesquisas qualitativas, há uma maior preocupação em descrever mais os significados das ações para os atores que codificar eventos, em entender a experiência subjetiva em vez de apenas testar hipóteses, com a análise interpretativa em vez da manipulação estatística de dados, tomando os dados na forma de palavras em vez de números (classificação nominal ou ordinal). No campo da pesquisa científica social, segundo Schwandt (2006), a abordagem qualitativa favorece estratégias para a pesquisa experimental, quase-experimental, correlacional e da pesquisa qualitativa feita por meio de levantamentos.

Do ponto de vista de Zanelli (2002), ainda existem dois aspectos que predominam na coleta e análise de dados qualitativos: o primeiro, a multiplicidade de procedimentos associados a diferentes posturas teóricas e epistemológicas e o segundo, o arrojo para alguns, talvez imprudência, que dilui as fronteiras entre ciência, militância e ficção, em que pese uma larga concordância sobre a ciência como construção social. Por ser uma área de pesquisa mais aberta, Zanelli (2002) externou, por meio dessas observações, suas preocupações em relação a alguns possíveis vieses que podem ocorrer ao longo deste processo.

No contexto da pesquisa de cunho qualitativo, Greenwood e Levin (2006) defendem a idéia de que a pesquisa deveria ser voltada para a mudança social, que seria a forma mais adequada para se alcançar resultados válidos, realizar uma mudança social útil e reconectar as universidades à sociedade como um todo.

Teoria da Ação Planejada (TAP): um modelo de estudo comportamental

O desenvolvimento de teorias passíveis de serem comprovadas empiricamente tornou-se a forma mais viável para se compreender os fenômenos comportamentais que regem a vida humana.

Ajzen (1991) propõe um modelo teórico formado por um conjunto de variáveis que explicam um comportamento alvo, denominado Teoria da Ação Planejada – TAP (Fig. 1).

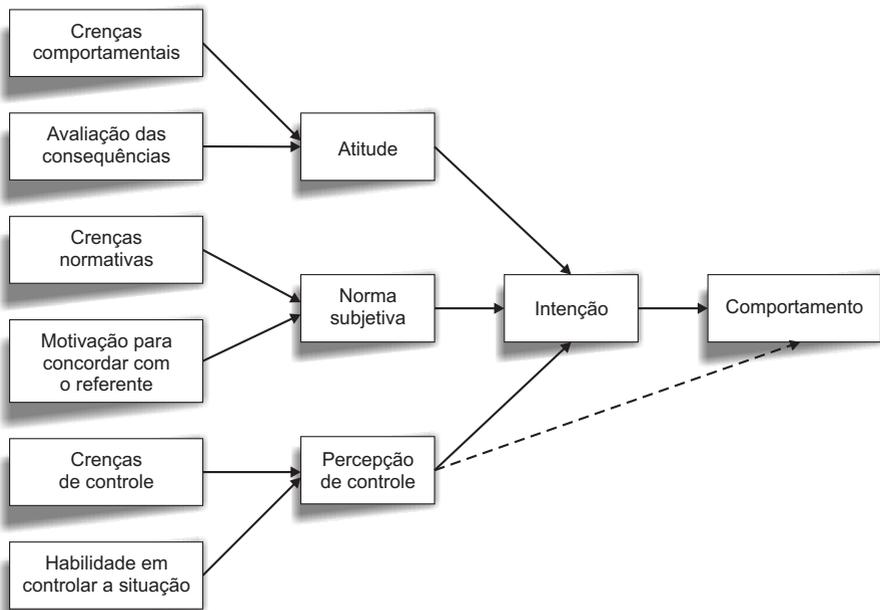


Fig. 1. Modelo da Teoria da Ação Planejada

Fonte: Ajzen (1991).

De acordo com essa teoria, o autor explica que as variáveis antecedentes *Crenças comportamentais*, *Crenças normativas* e *Crenças de controle* são determinantes das variáveis mediadoras *Atitude*, *Norma Subjetiva* e *Percepção de controle*, que conjuntamente explicam a variável critério *Intenção comportamental*.

A TAP originou-se como uma extensão da Teoria da Ação Racional – TAR, que considera a Intenção Comportamental, proporcional ao comportamento, como o resultado da soma ponderada da Atitude e da Norma Subjetiva (FISHBEIN; AJZEN, 1975; AJZEN; FISHBEIN, 1980). Ela foi elaborada em razão da necessidade de se lidar com as limitações do modelo original no caso de comportamentos que não estão sob controle volitivo ou motivacional (MADDEN et al., 1992). Para isso, foi acrescentada à TAR a variável Percepção de Controle Comportamental, como terceiro fator preditor da intenção comportamental, independentemente da atitude e da norma subjetiva.

A principal diferença entre as duas teorias, segundo Ajzen (1991) e Conner e Armitage (1998), é que alguns comportamentos dependem, pelo menos, de um certo grau de variáveis não motivacionais, como por exemplo, fatores que incluem tanto o controle interno (conhecimento, experiência pessoal, habilidade técnica, talento, força de vontade, compulsão) como os fatores de controle externo (oportunidades tais como: tempo; dinheiro; cooperação; informação; dependência de outros; barreiras e experiências de pessoas conhecidas).

Segundo Ajzen e Madden (1986), nesse modelo o efeito da percepção de controle sobre o comportamento pode ser completamente mediado pela intenção ou se dá por meio de uma ligação direta com o comportamento real. Em ambas as situações, o desempenho do comportamento dependerá não somente da motivação, mas também do controle adequado sobre o comportamento. Portanto, a percepção de controle pode freqüentemente refletir a avaliação de fontes de recursos e oportunidades; isto é, o controle real pode influenciar ambos, a percepção de controle comportamental e o comportamento.

Na Teoria da Ação Planejada, consideram-se três conceitos independentes na determinação da intenção. O primeiro é a atitude frente a um comportamento alvo e se refere ao grau de avaliação favorável ou desfavorável de uma pessoa; o segundo preditor é o fator social, denominado norma subjetiva, e se refere à pressão social percebida para desempenhar um comportamento. O terceiro,

antecedente à intenção, é o grau de percepção de controle comportamental, no qual uma pessoa pode antever o resultado, e se refere à facilidade ou a dificuldade percebida de desempenhar o comportamento. Ele age como reflexo de uma experiência passada, bem como da falta de obstáculos e impedimentos.

A Atitude é determinada pelas crenças que o indivíduo possui acerca da probabilidade de ocorrência de cada uma das conseqüências do comportamento, denominadas de crenças comportamentais. A conseqüência, avaliada numa dimensão ruim-bom, constitui nesse processo a avaliação dessas crenças. O produto da probabilidade de ocorrência de cada crença pela sua avaliação constitui a medida indireta da atitude em relação a comportamento (DIAS, 1995).

A Norma Subjetiva é estabelecida com base na percepção do agente em relação à opinião de cada pessoa relevante ou referente, sendo o conjunto denominado de crenças normativas, devido à sua natureza social e à motivação para acatar ou concordar com as opiniões. O produto da crença na suposta opinião de cada referente pela motivação de o agente concordar constitui uma medida indireta da norma subjetiva (DIAS, 1995).

Teoricamente, a Percepção de Controle Comportamental é determinada em função da avaliação do indivíduo em relação à oportunidade e fonte requeridas e da intenção em desempenhar o comportamento, tendo como base a certeza de sucesso. Coletivamente, esses fatores representam as crenças de controle sobre o comportamento. O produto das crenças de controle pela força da percepção de controle constitui-se em uma medida indireta da percepção de controle comportamental (AJZEN, 1991).

Baseando-se no objeto do presente estudo, é possível exemplificar que a crença na compra de uma vaca prenha, a custo de uma solteira, é o suficiente para se pagar o financiamento com a venda do bezerro após o período de carência, o que caracteriza uma situação de controle.

Diante do exposto, objetivou-se, neste estudo preliminar, avaliar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com base na opinião de seus beneficiários dos Grupos A e B. Nesse contexto, foi incluída a verificação da intenção de pagamento de crédito, por meio da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin, considerando o contexto psicossocial no qual os atores estão inseridos.

O Grupo A de beneficiários do Pronaf é constituído por assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária cuja linha de crédito, de no máximo R\$ 18.000,00, é destinada à estruturação de suas unidades produtivas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

O Grupo B de beneficiários do Pronaf é formado por agricultores familiares, descendentes de quilombolas, trabalhadores rurais, índios, ou pescadores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil, cuja linha de microcrédito é destinada a investimentos de no máximo R\$ 1.500,00 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

Esses valores acima correspondem ao ano de 2007, enquanto os declarados no presente trabalho para o Grupo A = R\$ 15.000,00 e para o Grupo B = R\$ 1.000,00 são de 2005, época em que foram coletados os dados.

Enfatiza-se que as maiores diferenças entre esses dois grupos são aquelas relacionadas ao valor do financiamento, à condição fundiária e à política, em termos de organização de seus usuários. Eles têm em comum a característica de viverem e trabalharem na agricultura familiar, embora nem todos sejam agricultores familiares, pois muitos vêm do ambiente urbano, com e sem profissão definida.

Acrescenta-se, uma vez que o Pronaf é um programa eminentemente de negócio, que o crédito é o foco mobilizador da sua dinâmica de funcionamento, e o pagamento do crédito, tratado na forma de intenção comportamental, torna-se um dos indicadores centrais de sua avaliação. Nesse sentido, o instrumental teórico da Psicologia Social, ainda pouco explorado no Brasil na área de avaliação de programas, muito tem a contribuir para essa análise, conforme se pretende mostrar com os estudos desenvolvidos.

Material e Métodos

Delineamento

A pesquisa obedeceu a um delineamento do tipo correlacional com amostragem não-probabilística. O critério de definição do tamanho da amostra foi o de saturação das crenças. Ademais, procurou-se diversificar os participantes entrevistando beneficiários das quatro mesorregiões do Estado da Paraíba: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, segundo classificação do IBGE (2001), e equilibrar o número de participantes conforme sua origem: se assentados ou agricultores familiares.

Participantes

Participaram do estudo 53 beneficiários do Pronaf, sendo 27 Assentados do Grupo A e 26 Agricultores familiares do Grupo B, do Estado da Paraíba. Para esse tipo de investigação, foram procurados os beneficiários com maior tempo possível de inclusão no Pronaf. Alguns indivíduos que já haviam participado do sistema de crédito anterior ao Pronaf (o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - Proceca) também foram contatados.

Em relação aos assentados do Grupo A, 85 % foram do sexo masculino e 15 % do sexo feminino; com idades variando entre 25 e 80 anos ($M=46$, $DP=12,6$); 48 % analfabetos, 44 % com ensino fundamental incompleto, 4 % com ensino médio incompleto e 4 % com o curso de técnico agrícola.

Em relação aos agricultores familiares do Grupo B, 73 % foram do sexo masculino e 27 % do sexo feminino; com idades variando entre 20 e 67 anos ($M=42$, $DP=12,1$); 27 % analfabetos, 61 % com ensino fundamental incompleto e 12 % com ensino médio incompleto.

Instrumento

Um instrumento para o levantamento das crenças e informações sobre o Pronaf foi elaborado, com perguntas abertas, conforme Anexo A. Constituiu-se por 20 perguntas, das quais 15 enfocaram a avaliação

do Pronaf em nível de mesoprocessos institucional e 5 a intenção de pagamento do crédito em nível de microprocesso comportamental.

Além dessas questões, também constou de dados biodemográficos sobre o bem-estar objetivo, a estrutura de produção, o crédito agrícola e sobre a assistência técnica.

Validação semântica

Após a elaboração do instrumento, foi procedida a sua aplicação em um grupo de oito produtores beneficiários do Pronaf A e B, em dois municípios, para verificar sua adequação semântica, isto é, se as perguntas estavam claras e entendíveis. Uma vez dirimidas as dificuldades e corrigido o questionário, teve início a fase de aplicação definitiva das entrevistas.

Embora, a princípio, não houvesse nenhuma questão acerca das estratégias encontradas para o pagamento do crédito, à medida que eram realizadas as entrevistas, especificamente na questão de número 15 (Quando o(a) Sr.(a) tem que pagar o Banco?), os respondentes sempre ressaltavam o fato de que quando chegasse a época de pagar o crédito eles iriam vender a cria do animal financiado, ou que eles, como outras pessoas conhecidas, já tinham utilizado essa estratégia.

A esse respeito, foi contatado um projetista do escritório regional da Emater de João Pessoa, o qual explicou que essa ação já era prevista durante a elaboração dos projetos e propostas; o que significa que os agricultores financiavam uma vaca enxertada, mas só pagavam pelo animal adulto. Como os produtores têm um tempo de carência para quitar o débito, isso equivale a tempo suficiente para que a cria se desenvolva e alcance um tamanho razoável para a venda, e o animal adulto é adquirido a custo zero. Esse investimento pode ser considerado garantido, uma vez que o gado é de fácil absorção pelo mercado local. Isso fez com fosse incluída a questão de número 16 (Apesar de todas as dificuldades que o(a) Sr.(a) tem enfrentado, que saída o(a) Sr(a) tem encontrado para pagar o Pronaf?).

Essa ação planejada mereceu atenção especial, justificando a decisão final pela Teoria da Ação Planejada como referencial para o estudo da intenção de pagamento do crédito durante essa etapa de validação semântica. Isso porque se trata mais de uma situação de controle que um comportamento volitivo, o que justificaria o uso da TAR, pois o beneficiário pode até querer pagar o crédito, mas se perdeu toda a lavoura, não terá condições para isso e precisa de outra solução.

Procedimentos

Considerando que grande parte dos respondentes é composta por pessoas analfabetas funcionais, o instrumento foi aplicado individualmente, na forma de entrevista aberta, em assentamentos e comunidades de agricultores familiares de baixa renda.

Inicialmente foi procurada a Diretoria Técnica da Emater-PB, em João Pessoa, para o estabelecimento de uma estratégia para a coleta de dados. A Emater foi escolhida, uma vez que é de sua responsabilidade a elaboração de grande parte dos projetos do Grupo A e de todas as propostas do Grupo B. O Diretor Técnico indicou e disponibilizou para serem contatados os técnicos responsáveis pelos escritórios regionais e locais de diversos municípios do Estado da Paraíba.

Uma vez identificados e localizados os grupos de interesse, em oito municípios das quatro mesorregiões da Paraíba, seguiu-se à fase de aplicação do questionário na forma de entrevista aberta, pelo pesquisador responsável. As respostas foram anotadas diretamente no formulário de aplicação. Optou-se por fazer a coleta de dados nas quatro mesorregiões da Paraíba, não só por questões de diferenças edafoclimáticas, mas também da possibilidade da existência de diferentes tipos de crenças em relação ao objeto de estudo.

Análise dos dados

Incluindo as informações e crenças dos beneficiários, a análise foi realizada seguindo uma metodologia qualitativa, com a utilização de estatísticas descritivas, como frequência, média e desvio-padrão. As informações foram analisadas por meio do conjunto de técnicas da análise de conteúdo, conforme modelo de Bardin (2004), que será descrito a seguir.

Plano de análise

Bardin (2004) considera três etapas básicas para o desenvolvimento desta técnica: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

A pré-análise equivale à organização do material de pesquisa. Ela tem início na própria elaboração do projeto, desde o levantamento de material bibliográfico sobre o objeto de estudo até a determinação do corpus (conjunto de dados) a ser analisado. É definida por Triviños (2006) como uma leitura geral, denominada por Bardin de “leitura flutuante”, de todo o material, que permite aos pesquisadores, em princípio, três tarefas fundamentais: formular os objetivos da pesquisa, suas hipóteses amplas e a determinação do corpus da investigação (especificação dos materiais coletados que serão objetos da análise). Para isso, foram executados os seguintes passos:

(1) **Delimitação dos objetivos da análise:** as perguntas relacionadas à avaliação do Pronaf foram delineadas, incluindo o item da intenção de pagamento de crédito.

(2) **Constituição do corpus:** todos os questionários aplicados em cada grupo constituíram os corpus a serem analisados, dada a relevância e pertinência ao objeto de estudo das respostas dos participantes às questões abertas. Em seguida, todas as perguntas e respostas das entrevistas foram digitadas em arquivos no computador. No caso da avaliação do Pronaf, a análise de conteúdo foi realizada sem considerar as perguntas e sem a formulação prévia de categorias (categorização a posteriori) e, no caso da intenção de pagamento do crédito, foi operacionalizada levando-se em conta cada questão (categorização a priori), conforme modelo recomendado por Ajzen (1991).

Para Richardson et al. (1999), a categorização pode ser realizada de duas maneiras: na primeira, o sistema de categorias é estabelecido previamente e os elementos são distribuídos da melhor forma possível entre as categorias. Essa modalidade exige sólida fundamentação teórica em relação ao objeto de estudo. Na segunda, o sistema de categorias não é fornecido, emerge da classificação progressiva dos elementos.

Nesse sentido, Bardin (2004) refere-se, também, ao emprego de dois processos inversos: o primeiro é o procedimento por “caixas” (analogia de que o analista já tenha, de antemão, as caixas nas quais deverá colocar as informações), aplicável no caso de a organização do material decorrer diretamente do modelo teórico hipotetizado; enquanto no segundo, o sistema de categorias não é fornecido e seu procedimento é definido por “milha” (o analista identifica as categorias percorrendo a milha em que consiste o corpus, isto é, durante a trajetória da análise). A categoria, nesse último procedimento, é nomeada no final da operação.

A conclusão desta pré-análise coincide com o início da descrição analítica, que, segundo Triviños (2006), começa nessa mesma etapa. Nela, o material de documentos que constitui o corpus é submetido a um estudo aprofundado, incluindo os procedimentos de codificação, classificação e categorização.

Para Bardin (2004), codificar o material coletado significa tratá-lo. A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, segundo regras precisas, que permitem atingir uma representação do seu conteúdo. Essa transformação compreende três regras: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem e da classificação) e a agregação (escolha das categorias). Com isso, objetivou-se a descrição analítica dos dados, para a qual foram procedidas as etapas a seguir.

(3) Codificação:

- Recorte: escolha das unidades de contexto elementar (UCEs). Nesse caso, optou-se pela frase, embora esse recorte possa também ser um tema, uma palavra, um personagem ou um acontecimento.

Exemplo:

1-A (participante 1 do Grupo A) - Mesma coisa/ Agora eu tenho uma dívida/ Apenas foi prorrogada/ O programa do governo é bom/ mas para receber não é fácil/ Muita burocracia.

- Enumeração: escolha das regras de contagem (contagem por UCE).

Exemplo:

Categoria	Subcategorias	Unidades Temáticas	F	(%)	(%)
Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf					
Grupo A - Assentados					
Finalidade	Para investir	aplicar o dinheiro - de comprar - dá uma ajuda - dá oportunidade para todos ter um gado - tirar proveito em tudo - investir na agricultura - investimento na lavoura - para receber (o financiamento) - atender algumas expectativas	9	50	2
	Para trabalhar	dá chance do agricultor trabalhar - realizar o trabalho no campo - organizar o sistema do trabalhador – emprego - dá condição de trabalho - para o cabra trabalhar	6	33	
	Para dar segurança	proteger a propriedade - evitar muitas coisas ruim	2	11	
	Para desenvolver	desenvolvimento rural	1	6	
Subtotal			18	100	

(4) **Categorização:** serve para dar significação às mensagens e, assim, ratificar as categorias (termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender) em processo de definição e denominar as subcategorias (indicadores que descrevem o campo semântico desse conceito).

- Classificação: foram consideradas, neste processo de categorização, três dimensões semânticas: a categoria – representando a dimensão de maior abrangência –, a subcategoria primária – dimensão de abrangência intermediária – e a subcategoria secundária – dimensão de menor abrangência. Esta última, por ser muito específica, muitas vezes pode receber o nome de uma de suas UCEs representativas.

- Enumeração: contagem final das UCEs em termos de frequência e percentual (Anexos B e C).

(5) **Inferência e interpretação:** atribuição de significados aos resultados finais por meio de operações estatísticas e análise qualitativa dos dados.

A fase de interpretação inferencial, segundo Triviños (2006), desenvolvida desde a etapa da pré-análise, alcança agora sua maior intensidade. A reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelece relações, aprofundamento das idéias, chegando, se possível, a propostas básicas de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais.

A análise de conteúdo das respostas foi determinante para a seleção e classificação das crenças e informações relacionadas à avaliação do Pronaf e à intenção de pagamento do crédito.

Essa técnica foi realizada com o acompanhamento de dois juízes, estudantes do curso de mestrado em Psicologia Social da UFPB e especialistas em análise de conteúdo, o que facilitou a tomada de decisão em diversos momentos da análise.

A partir dessa análise, emergiram categorias referentes à avaliação do Pronaf e categorias referentes à intenção de pagamento do crédito, contendo subcategorias que serão descritas a seguir.

Descrição e operacionalização de categorias e subcategorias

(1) Referentes à avaliação do Pronaf (Anexo B)

Do processo de análise, emergiram dez categorias, com diferentes subcategorias primárias e secundárias.

Para que se chegasse à descrição das categorias, foi necessária a sua operacionalização. Tal procedimento consiste no estabelecimento

de parâmetros para a inclusão de UCEs em cada uma delas, visando garantir a qualidade da categorização. Para Bardin (2004), boas categorias devem possuir qualidades, tais como: a exclusão mútua; a homogeneidade; a pertinência; a objetividade; a fidelidade e a produtividade. Para isso, o processo de operacionalização das categorias deve ocorrer concomitantemente à fase de descrição analítica, ou seja, da própria configuração das categorias.

As definições dos critérios das categorias obtidas neste estudo foram desenvolvidas considerando:

Categoria I – Definição do Pronaf: essa categoria diz respeito a conceituações do Pronaf. Emergiram três subcategorias primárias: *Atributos categoriais positivos; Atributos categoriais neutros e Atributos categoriais negativos* e cinco subcategorias secundárias: *Como crédito, empréstimo; Como ajuda, apoio, assistência; Como programa, projeto; Não sabe e Como burocracia.*

Categoria II – Finalidade do Pronaf: as falas apreendidas nesta categoria estão relacionadas ao propósito, para que serve o Pronaf. Emergiu uma subcategoria primária: *Atributos categoriais positivos* e quatro subcategorias secundárias: *Para investir em agricultura, máquinas, insumos; Para trabalhar; Para dar segurança e Para desenvolver.*

Categoria III – Característica do Pronaf: essa categoria remete a questões relacionadas aos atributos do Pronaf, ainda que venham acompanhados de juízo de valor. Emergiram duas subcategorias primárias: *Atributos categoriais positivos* e *Atributos categoriais negativos* e oito subcategorias secundárias: *Abatimento, desconto; Juros baixos; Carência, prazo bom; Programa apropriado, oportuno; Direito a outro crédito; Demora na liberação do crédito; Burocracia para a liberação do crédito e Liberação do recurso somente para o fornecedor.*

Categoria IV – Emprego do crédito: essa categoria compreende dos conteúdos focados no que empregar, no que se pode empregar, no

que foi empregado. Figuraram nestas duas subcategorias primárias: *Em investimentos (infra-estrutura)* e *Em custeios* e nove subcategorias secundárias: *Para a aquisição e criação de animais; Para construção de cerca e cacimbão; Para a aquisição de máquinas e equipamentos; Para a formação de pastagem/ capineira; Para o plantio de fruteiras; Para a construção de abrigo de animais; Para a implantação do projeto; Para apoiar a comercialização e Para a o plantio de culturas anuais.*

Categoria V – Impacto do programa: as falas apreendidas referem-se à avaliação das mudanças acarretadas pelo Pronaf numa relação temporal (antes e depois); o que o Pronaf gerou de forma peculiar para a vida do beneficiário. Emergiram três subcategorias primárias: *Atributos categoriais positivos; Atributos categoriais neutros e Atributos categoriais negativos* e oito subcategorias secundárias: *Na alimentação; Na renda; No sistema de produção; Na ocupação profissional; Na moradia; No sistema de produção; No sistema financeiro e Ausência de impacto.*

Categoria VI – Suposições frente à ausência do Pronaf: essa categoria está relacionada a conjecturas sobre como seria a vida sem o programa, empregando-se implícito ou explicitamente o futuro do pretérito. Emergiram neste contexto duas subcategorias primárias: *Atributos categoriais positivos e Atributos categoriais indiferentes* e oito subcategorias secundárias: *Em relação à condição de vida; Em relação à ocupação; Em relação ao sistema de produção; Em relação à moradia; Em relação a investimentos; Em relação à alimentação; Em relação à renda e Em relação à condição de vida.*

Categoria VII – Influência de fatores edafoclimáticos: as falas apreendidas dizem respeito ao efeito do clima sobre a produção de plantas e animais, colheita e infra-estrutura. Compreende-se de duas subcategorias primárias: *Influência negativa e Influência positiva* e três subcategorias secundárias: *Sobre o sistema de produção agropecuária; Sobre a infra-estrutura e Sobre o sistema de produção agropecuária.*

Categoria VIII – Dificuldades: compreende dos problemas relacionados ao sistema de produção, à gestão do crédito e sentimentos pessoais

negativos. Tais dificuldades remetem nessa categoria a três subcategorias primárias: *Em relação à gestão do sistema agropecuário*; *Em relação à gestão do crédito* e *Em relação à gestão pessoal* e três subcategorias secundárias: *Problema de produção e comercialização*; *Problema de negociação com o Banco* e *Receio de contrair dívidas*.

Categoria IX – Assistência técnica: as falas apreendidas referem-se à avaliação da orientação recebida, incluindo como orientação negativa a insuficiência de assistência ou de informação. Emergiram quatro subcategorias primárias: *Atributos categoriais negativos dos Técnicos do Banco*; *Atributos categoriais positivos dos Técnicos da Extensão Rural*; *Atributos categoriais negativos dos Técnicos da Extensão Rural* e *Atributos categoriais neutros dos Técnicos da Extensão Rural* e seis subcategorias secundárias: *Relacionada às intervenções contraditórias*; *Relacionada à informação e orientação agropecuária*; *Relacionada à ausência dos técnicos no campo*; *Relacionada à omissão ou erro de informações* e *Relacionada à não utilização da assistência técnica*.

Categoria X – Avaliação geral de desempenho: traduz-se em juízos de valor gerais positivos sobre os resultados do Pronaf. Segundo Castro (1999), o conceito de desempenho (em psicologia organizacional) exprime a idéia de ações humanas voltadas para metas, passíveis de julgamento em termos de adequação, eficiência e eficácia, sendo, portanto, muito sensíveis a normas e a padrões culturais.

As falas apreendidas nessa categoria remetem a duas subcategorias primárias: *Atributos categoriais positivos* e *Atributos categoriais negativos*, e duas subcategorias secundárias: *Maravilha, coisa boa, progresso para o produtor* e *Ruim em relação à gestão do processo*.

No tocante às subcategorias, estas foram operacionalizadas da seguinte forma:

Subcategorias primárias: *Atributos positivos*, representam respostas relacionadas às aplicações vantajosas, situações e/ou características socialmente aceitáveis; *Atributos negativos*, denotam respostas

relacionadas às situações e/ou características socialmente inaceitáveis, desvalorizadas ou indesejáveis; *Atributos neutros/indiferentes*, representam respostas que não envolvem juízo de valores; *Investimentos*, representa um conjunto de respostas relacionadas à aquisição de materiais permanentes (infra-estrutura, animais e culturas de ciclo longo); *Custeio*, representa respostas relacionadas a recursos empregados em culturas de ciclo curto, anual.

Subcategorias secundárias: representam respostas muito semelhantes semanticamente às unidades de contexto elementar. Assim, seu significado quase se confunde com a própria unidade temática. Na subcategoria secundária *Omissão ou Erro de informações*, por exemplo, figuram UCEs como: *É bom, mas sai pouco* e *O dinheiro não é suficiente*.

(2) Referentes à intenção de pagamento do crédito (Anexo C)

Baseando-se na TAP, foram estabelecidas três categorias *a priori*. Mediante análise de conteúdo posterior, evidenciaram-se diferentes subcategorias secundárias.

Categoria I – Crenças comportamentais: alude às crenças do entrevistado sobre seu desempenho em relação ao comportamento de pagar o Pronaf, produto dos sentimentos do próprio sujeito por via da observação (AJZEN; FISHBEIN, 1980). Nesse caso, estão inclusos os valores e percepções de ordem pessoal.

Foram consideradas três subcategorias primárias, relacionadas às questões 17 e 18, do Anexo A: *Vantagens do pagamento em dia*; *Desvantagens do não pagamento em dia* e *Desvantagens do pagamento em dia*. Destas, emergiram 15 subcategorias secundárias: *Por ter direito a obter mais crédito, empréstimo*; *Por ter abatimento, desconto, rebate*; *Por conseguir confiança, apoio*; *Por ficar com o nome limpo*; *Por se sentir realizado*; *Por evitar de pagar juros*; *Por só ter a ganhar*; *Nenhuma*; *Por perder renda*; *Por perder produção*; *Por perder o crédito*; *Por pagar juros*; *Por ficar com o nome sujo*; *Por perder abatimento* e *Por perder o sossego*.

Categoria II – Crenças normativas: refere-se às crenças do respondente sobre as expectativas normativas em desempenhar ou não o comportamento de pagar o Pronaf (AJZEN; FISHBEIN, 1980). Nesse caso, o objeto de influência social é definido: uma pessoa ou uma instituição.

Foram apreendidas duas subcategorias primárias (equivalentes às questões 19 e 20 do Anexo A): *Pessoas capazes de influenciar o pagamento do crédito* e *Pessoas capazes de influenciar o não pagamento do crédito* e emergiram 25 subcategorias secundárias: *Família; Banco; Assentado; Agricultor; Emater; Associação; Igreja; Incra; Sindicato; Cooperativa; Vendedor; Associação Comunitária Rural; Movimento social; CPT; Central dos Trabalhadores; Adremes (Associação de Desenvolvimento Rural Mista de Cruz do Espírito Santo); Ele mesmo; Assentado; Agricultor; Pessoa sem projeto; Político; Comerciante; Presidente da Associação e Ninguém.*

Categoria III – Crenças de controle: refere-se a comportamentos que, por alguma razão, não estão sob o controle motivacional do entrevistado, mas sob controle de sua habilidade (experiência, conhecimento), ou da experiência de alguém de sua confiança e da oportunidade de negócio. Essa categoria corresponde a uma variável de natureza externa, podendo ter efeito direto ou indireto sobre o desempenho do entrevistado em relação ao comportamento de pagar o Pronaf (AJZEN, 1991). Refere-se ao que ele acredita que serve como estratégia, como saída garantida para pagar o crédito.

Emergiram da questão 16 (Apesar de todas as dificuldades que o(a) Sr.(a) tem enfrentado, que saída o(a) Sr(a) tem encontrado para pagar o Pronaf?), oito subcategorias primárias: *Compra e venda de animais e seus produtos; Aplicação dos recursos conforme planejado (projeto técnico/ financeiro); Comportamento pró-ativo; Serviços e negócios não agrícolas; Produção e comercialização de produtos agrícolas; Negociação da dívida; Apoio de familiares aposentados e Seguro dos investimentos.*

No tocante às subcategorias, estas foram operacionalizadas da seguinte forma:

Subcategorias primárias: *Vantagens do pagamento em dia*, representam respostas relacionadas ao que ele acredita que acontece de bom, naquilo que se ganha, pagando-se em dia o Pronaf; *Desvantagens do pagamento em dia*, denotam respostas relacionadas ao que ele acredita que acontece de ruim, naquilo que se perde, pagando-se em dia o Pronaf; *Justificativa para o não pagamento do crédito*, agrega respostas relacionadas às crenças e opiniões de pessoas importantes para o entrevistado, que acham que ele não precisa pagar o Pronaf; *Pessoas capazes de influenciar o pagamento do crédito*, traduz-se por respostas que representam todos os referentes importantes que pensam que o entrevistado deve pagar o crédito; *Pessoas capazes de influenciar o não pagamento do crédito*, respostas relacionadas aos referentes importantes que pensam que o entrevistado não precisa pagar o crédito e, por último, *Estratégia para o pagamento do crédito*, remete a determinadas atividades, serviços, tipo de comportamento como meio garantido de se pagar o crédito.

Subcategorias secundárias: representam respostas muito semelhantes ou idênticas semanticamente às unidades de contexto elementar. Exemplo: Subcategoria secundária (Assentado) e UCE (Assentados - moradores do Assentamento).

Resultados e Discussão

Os resultados encontrados com base no questionário (Anexo A) geraram três tipos de análises. A primeira, no que se refere ao perfil dos agricultores do Pronaf A e B; a segunda, em relação à avaliação do Pronaf e a última, a avaliação da intenção de pagamento do crédito.

Perfil dos respondentes do Pronaf A e B

Os dados bio-demográficos e creditícios foram analisados considerando uma amostra não-probabilística com 53 participantes, sendo 27 do grupo dos Assentados e 26 do grupo dos Agricultores de baixa renda.

Os dados foram agrupados considerando seis tipos de categorias: dados pessoais dos produtores, dados familiares, bem-estar objetivo, estrutura de produção, crédito agrícola e assistência técnica.

No que se refere aos dados pessoais (Tabela 1), foram verificados:

Tabela 1. Dados biodemográficos dos respondentes do Pronaf A e B.

Grupo A (Assentado, n = 27)					Grupo B (Agricultores familiar, n = 26)			
Categoria	M	DP	Mín	Máx	M	DP	Mín	Máx
Idade	46	12,6	25	80	42	12,1	20	67
Categoria	Subcategoria		f	%	Subcategoria		f	%
Sexo	M		23	85	M		19	73
	F		4	15	F		7	27
Escolaridade	Analfabeto		13	48	Analfabeto		7	27
	1 – 8 do ensino fund.		12	44	1 – 8 do ensino fund.		16	61
	1 – 3 do ensino médio		1	4	1 – 3 do ensino médio		3	12
	Técnico Agrícola		1	4				
Número de filhos	0 - 4		17	67	0 - 4		20	77
	5 - 9		9	33	5 - 10		6	23
Acesso dos filhos à Escola	Sim		19	71	Sim		22	85
	Não (Inclui bebês)		6	22	Não (Inclui bebês)		4	15
	Sem resposta		2	7				

Idade: em relação aos respondentes do Grupo A, a idade variou de 25 a 80 anos, com idade média de 46 anos e desvio-padrão de 12,6. Em relação ao Grupo B, a idade variou de 20 a 67 anos, com idade média de 42 anos e desvio-padrão de 12,1. As idades médias e os desvios-padrão apresentaram valores iguais, no entanto o Grupo A é formado por pessoas com uma faixa de idade de maior amplitude que a do Grupo B, ou seja, o gradiente de idade é maior neste grupo. Uma vez que o desvio-padrão foi alto, a média, nesse caso, torna-se um indicador pouco consistente para diferenciar com precisão a idade. Em ambos os grupos, foi observada uma média de idade, que, em termos de maturidade ou vivências apropriadas para a gestão e

exploração das atividades agropecuárias, pode indicar a presença de fatores experienciais mais elaborados. Além disso, os respondentes se encontram em um meio familiar com maiores possibilidades de participar do processo produtivo, possuindo ainda energia suficiente para os esforços de crescimento e desenvolvimento.

Ainda no que diz respeito à idade dos agricultores, Albuquerque et al. (1999) assinalam que as políticas públicas deveriam deixar claro o alcance de seus benefícios/objeto de intervenção. Se o objetivo for o desenvolvimento, com atividades produtivas ou de negócios, os recursos não poderiam ser utilizados na manutenção ou consumo familiar. Nesse caso, a prioridade deve ser para os participantes que têm mais força de trabalho, especialmente os mais jovens. Do mesmo modo, se os recursos/benefícios são destinados à manutenção, em uma situação assistencialista, como é o caso da aposentadoria, esses recursos não poderiam ser divididos e empregados na área produtiva. Esses tipos de programas (aposentadoria, Pronaf) se complementam e o encaminhamento diferenciado de seus recursos é uma forma de se aumentar a eficácia de seus resultados. Nessa perspectiva, o perfil dos beneficiários do Pronaf também recebe influência deste tipo de situação.

Sexo: em relação aos entrevistados do Grupo A, pode-se verificar que 85 % dos entrevistados responsáveis pelo empréstimo são do sexo masculino e 15 % do sexo feminino. Em relação ao Grupo B, 73 % são do sexo masculino e 27 % do sexo feminino. Em ambos os grupos, a maioria dos entrevistados responsáveis pelo crédito é do sexo masculino.

Esse percentual deve-se ao fato de a amostra ser não-probabilística, uma vez que o foco era o de levantar crenças sobre o funcionamento do Pronaf. Não foi possível obter um cadastro dos beneficiários no banco, em virtude da alegação do sigilo bancário, mas na existência dessa possibilidade, o estudo poderia ter sido feito proporcionalmente aos dados desse cadastro, mesmo considerando uma amostragem não-probabilística.

Escolaridade: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 48 % são analfabetos, 44 % possuem formação escolar entre a primeira e a oitava séries do ensino fundamental, 4 % possuem formação escolar entre o primeiro e o terceiro anos do ensino médio e 4 % possuem o curso completo de técnico agrícola. Em relação ao Grupo B, 27 % são analfabetos, 61 % possuem formação escolar entre a primeira e a oitava séries do ensino fundamental e 12% possuem escolaridade entre o primeiro e o terceiro anos do ensino médio. Verificou-se que o Grupo B tem menor percentual de analfabetos e maior grau de escolarização, o que supõe maior potencial para lidar com o crédito agrícola, maior facilidade para a compreensão técnica e utilização de tecnologias.

Número de filhos: em relação aos respondentes do Grupo A, pode-se verificar que 67 % possuem de zero a quatro filhos e 33 % de 5 a 9 filhos. Em relação ao Grupo B, 77 % possuem de zero a quatro filhos e 23 % de 5 a 10 filhos. Os dados são muito semelhantes em ambos os grupos, a maior parte dos entrevistados possui poucos filhos. Para o planejamento de políticas públicas, é importante levar em conta esse dado, que vai ao encontro da situação em geral. Segundo o IBGE (2000), a taxa média de fecundidade, no Estado da Paraíba, foi de 3,72 filhos por mulher em 1991 e 2,53 filhos por mulher em 2000. Portanto, pode-se dizer que o controle de natalidade está chegando ao campo.

Acesso dos filhos à escola: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 71 % dos filhos estão ou já freqüentaram a escola, 22 % não freqüentaram, ou ainda não atingiram a idade para tanto, e 7 % não responderam. Em relação ao Grupo B, 85 % dos filhos estão freqüentando ou já freqüentaram e 15 % não freqüentaram, ou ainda não estão em idade escolar. Além disso, vale destacar que esses percentuais indicam maior valorização dos estudos no ambiente rural, apesar de ainda existirem restrições geográficas. Esse percentual pode ser explicado principalmente pelos atuais incentivos do governo via políticas públicas, o que foi bastante comentado pelos entrevistados, ao dizerem: “no meu tempo não tinha nada disso, ônibus para levar, bolsa escola, a gente ia com fome e a pé mesmo, e ainda tinha que trabalhar em casa”.

Na Tabela 2, no que se refere ao bem-estar objetivo:

Tabela 2. Dados sobre o bem-estar objetivo dos entrevistados do Pronaf A e B.

Grupo A (Assentado, n = 27)				Grupo B (Agricultor familiar, n = 26)		
Categoria	Subcategoria	f	%	Subcategoria	f	%
Número de cômodos da residência	3	1	4	2 - 3	8	31
	4 - 6	16	59	4 - 6	12	45
	7 - 10	7	26	7 - 10	6	24
	Sem resposta	3	11			
Local do banheiro	Dentro da residência	23	85	Dentro da residência	21	80
	Fora da residência	1	4	Fora da residência	5	20
	Sem resposta	3	11			
Água encanada	Sim, dentro da residência	9	33	Sim, dentro da residência	13	50
	Não	15	56	Não	13	50
	Sem resposta	3	11			
Energia elétrica	Sim	23	85	Sim	26	100
	Não	1	4	Não	0	0
	Sem resposta	3	11			
Carro	Sim	5	19	Sim	1	4
	Não	19	70	Não	25	96
	Sem resposta	3	11			
Moto	Sim	8	30	Sim	5	19
	Não	16	59	Não	21	81

Número de cômodos da residência: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 59 % das residências possuem de 4 a 6 cômodos; 26 % possuem de 7 a 10 e 11 % não responderam. Em relação ao Grupo B, 45 % das residências possuem de 4 a 6 cômodos; 31 % de 2 a 3 cômodos e 24 % de 7 a 9 cômodos. Para ambos os grupos, destacam-se as quantias de 4 a 6 cômodos, entretanto, muitos entrevistados do Grupo B disseram estar vivendo em casas

muito pequenas com famílias numerosas, conforme dados expostos anteriormente. Esses dados refletem a falta de investimento para a construção ou aumento de residências, o que não ocorre com os beneficiários do Grupo A.

Local do banheiro: em relação aos entrevistados do Grupo A, pode-se verificar que 85 % possuem banheiro dentro da residência, 4 % fora da residência e 11 % não responderam. Em relação ao Grupo B, 80 % possuem banheiro dentro da residência e 20 % fora da residência. Neste caso, destaca-se o percentual de banheiros fora da residência apresentados pelos entrevistados do Grupo B.

Água encanada: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 53 % não têm água encanada dentro de casa, 33 % possuem água encanada e 11 % não responderam. Quanto ao Grupo B, 50 % têm água encanada dentro de casa e 50 % não tem água encanada. Pode-se verificar que os dois grupos apresentam valores similares, mas grande parte deles ainda não dispõe desse benefício em casa.

Energia elétrica: em relação aos respondentes do Grupo A, verifica-se que 85 % possuem energia elétrica em casa, 4 % não possuem ainda e 11 % não responderam. Em relação ao Grupo B, 100 % dos entrevistados possuem energia elétrica em casa. A energia elétrica é um dos fatores que mais contribuíram para a qualidade de vida dos entrevistados. Trata-se de um dos elementos da estrutura de apoio para o sistema de produção, bem como para o bem-estar objetivo da família, por isso, um dos itens de política pública que mais tem recebido investimentos. Nesse aspecto, pode-se dizer que a energia elétrica é o fator que mais se destaca, e um dos poucos em que os entrevistados afirmam que estão bem.

Carro: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 70 % dos entrevistados não possuem carro, 19 % possuem e 11 % não responderam. Em relação ao Grupo B, 96 % não possuem carro e

4 % possuem. Observa-se grande carência desse meio de transporte em ambos os grupos, especialmente o Grupo B.

Moto: em relação aos entrevistados do Grupo A, pode-se verificar que 59 % dos entrevistados não possuem moto e 30 % possuem. Em relação ao Grupo B, 81 % não possuem moto e 19 % possuem. Pode-se observar também grande necessidade desse meio de transporte em ambos os grupos, especialmente no Grupo B, que é o mais carente.

Na Tabela 3, no que se refere à estrutura de produção:

Tabela 3. Dados sobre a estrutura de produção dos respondentes do Pronaf A e B.

Grupo A (Assentado, n = 27)				Grupo B (Agricultor familiar, n = 26)		
Categoria	Subcategoria	f	%	Subcategoria	f	%
Tamanho da propriedade (ha)	5 - 12	18	67	1 - 5	11	42
	18 - 85	9	33	6 - 20	10	39
				Explora terra alheia	5	19
Principal fonte de renda	Atividade agropecuária e feira livre	22	82	Atividade agropecuária e feira livre	15	58
	Aposentadoria e atividade agropecuária	4	14	Aposentadoria e atividade agropecuária	5	19
	Bolsa renda e atividade agropecuária	1	4	Atividades não agrícolas e agropecuárias	6	23

Tamanho da propriedade: em relação à amostra do Grupo A, verifica-se que 67 % possuem propriedade de 5 ha a 12 ha, 33 % de 18 ha a 85 ha. Em relação ao grupo B, 42 % possuem área de 1 ha a 5 ha e 39 % possuem de 6 ha a 20 ha. Pode-se observar grande diferença de área entre os grupos, destacando-se o Grupo A, com maior potencial de exploração agrícola, em relação ao Grupo B. Esse fator é o que

mais restringe o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Para compensá-lo, é preciso tirar a diferença na produtividade, na seleção da atividade a ser explorada ou adotar a estratégia da pluratividade. O problema é que isso requer elevado investimento e esse grupo é o que menos recebe crédito.

Nesse caso, vale enfatizar que os integrantes do Grupo A podem acessar um crédito de até R\$ 15.000,00 (inclui financiamento de infra-estruturas e de produtos de geração de renda) enquanto os do Grupo B é de no máximo R\$ 1.000,00 (micro-crédito voltado somente para aplicação em produtos de geração de renda). Diferença considerável e que exige uma aplicação oportuna e adequada, tanto do ponto de vista de custo de produção, aplicabilidade, mercado para o produto gerado e habilidade do operador, para surtir efeito.

Principal fonte de renda: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 82 % exploram atividade agropecuária e feira livre, 14 % recebem benefício de aposentadoria e exploram atividade agropecuária e 4 % recebem Bolsa família e exploram atividade agropecuária. Em relação ao grupo B, 58 % exploram atividade agropecuária e feira livre, 23 % exploram atividades não agrícolas e agropecuárias e 19 % recebem benefício de aposentadoria e exploram atividade agropecuária. Observa-se uma acentuada diferença entre os grupos, principalmente quanto ao primeiro tipo de exploração: o Grupo A encontra-se mais envolvido com a atividade agropecuária e a feira livre que o Grupo B, o qual se destaca na realização de atividades não agrícolas e recebimento de aposentadoria, associados à atividade agropecuária. Isso confirma a situação fundiária apontada por Maluf (2002) e Schneider (2003) na qual o agricultor familiar está submetido à pluratividade, estratégia de sobrevivência adotada por esses produtores.

Na Tabela 4, no que se refere ao crédito agrícola:

Tabela 4. Dados relacionados ao crédito agrícola dos participantes do Pronaf A e B.

Grupo A (Assentado, n = 27)				Grupo B (Agricultor familiar, n = 26)		
Categoria	Subcategoria	f	%	Subcategoria	f	%
Número de vezes que conseguiu crédito	1	4	15	1	15	58
	2	11	41	2	10	38
	3	10	37			
	4	1	4	3	1	4
	5	1	3			
Período de liberação do crédito	1987 - 1997	4	16	2001 - 2003	4	15
	1996 - 2005	4	16			
	2000 - 2005	18	65	2002 - 2004	8	31
	Sem resposta	1	3	2003 - 2005	14	54
Crédito obtido (com e sem desconto)	Valor integral de R\$ 9.000,00 a R\$ 19.000,00	22	81	Valor integral em torno de R\$ 1.000,00	17	65
	Valor parcelado em torno de R\$ 800,00	4	15	Valor parcelado de R\$ 300,00 a R\$ 378,00	8	31
	Sem resposta	1	4	Sem resposta	1	4
Emprego do crédito	Investimento no lote e na agricultura	4	15	Bovino	19	73
	Investimento no lote e em animais	2	7	Caprino	3	11
	Investimento no lote, na agricultura e em animais	20	74	Bovino e caprino	2	8
	Aguardando a assistência técnica	1	4	Ovino	2	8
Intenção de pagamento	Favorável	35	78	Favorável	31	82
	Contra	3	7	Contra	5	13
	Nem contra e nem a favor	7	15	Nem contra e nem a favor	2	5
Situação frente ao Banco	Período de carência	18	26	Já pagou	19	50
	Renegociou	16	23			
	Já pagou	14	20	Está pagando	19	50
	Inadimplente	1	1			
	Sem informação	21	30			

Número de vezes que conseguiu crédito (investimento e custeio): em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 41 % já conseguiram crédito por duas vezes, 37 % por três vezes, 15 % uma vez, 4 % quatro vezes e 3 % cinco vezes. Quanto ao Grupo B, 58 % obtiveram crédito apenas uma vez, 38 % duas vezes e 4 % três vezes. Apesar de ambos apresentarem experiência prévia com o crédito, pode-se observar uma acentuada diferença do Grupo A (quanto à obtenção, utilização do crédito e interação com o agente financiador) em relação ao Grupo B, pois os assentados chegaram a obter crédito até cinco vezes, enquanto poucos agricultores tradicionais obtiveram no máximo três vezes.

Nesse caso, como esperado, a aquisição de conceitos em relação à gestão do crédito por parte dos assentados é maior, principalmente no que se refere ao pagamento do crédito. Tal aquisição consiste em um processo de aproximação sucessiva da aprendizagem e de construção de estratégias comportamentais que levam o indivíduo a facilitar sua vida, explicado por Milleson (1967). Os assentados podem ser influenciados por organizações como a associação de produtores rurais a que pertencem, o Movimento dos Sem-Terra (MST), ou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por meio de seus sindicatos.

Período de liberação do crédito: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 65 % dos entrevistados conseguiram crédito no período de 2000 a 2005, 16 % de 1987 a 1997, 16 % de 1996 a 2005 e 3 % não responderam. Em relação ao Grupo B, 54 % conseguiram crédito no período de 2003 a 2005, 31 % de 2002 a 2004 e 15 % de 2001 a 2003.

Como pode ser observado, o atendimento ao segmento dos assentados da reforma agrária, por meio do crédito rural, é mais antigo que o atendimento ao grupo dos agricultores familiares. No entanto, o que mais chamou a atenção foi a crescente demanda pelo microcrédito identificada neste levantamento, possivelmente pela facilidade de obtenção deste tipo de crédito, pelo pequeno tamanho da dívida gerada

e pela facilidade de pagamento, incluindo, por exemplo, os juros mais baixos, o período de carência e o rebate/bônus para quem pagar em dia.

Crédito obtido (com e sem rebate): em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 81 % dos entrevistados informaram o valor do crédito obtido de forma integral, da ordem de R\$ 9.000,00 a R\$ 19.000,00, incluindo recursos para investimentos e custeios. Quinze por cento informaram valores parcelados em torno de R\$ 800,00 e 4 % não responderam. Em relação ao Grupo B, 65 % informaram também o valor do crédito de forma integral, da ordem de R\$ 1.000,00, 31 % informaram valores de forma parcelada em torno de R\$ 300,00 a R\$ 378,00 e 4 % não responderam.

Pode-se verificar que o volume de recursos obtido pelo Grupo A é significativamente superior ao obtido pelo Grupo B, esperando-se, assim, um maior retorno por parte dos assentados. Apesar disso, a aplicação do crédito deveria ser adequada e tão mais aproveitada quanto possível pelos integrantes de ambos os grupos, especialmente do ponto de vista da lucratividade.

Emprego do crédito: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 74 % das informações coletadas se referem ao emprego dos recursos creditícios em investimentos no lote, na agricultura e na aquisição de animais. Quinze por cento se referem a investimentos no lote e na agricultura, 7 % dizem respeito a investimentos no lote e à aquisição de animais e 4 % ainda não empregaram. Acerca do Grupo B, 73 % das informações se referem à aquisição de gado, 11 % de caprinos, 8 % de gado e caprinos e 8 % de ovinos. Pode-se observar uma grande variedade de aplicações do crédito pelo Grupo A, o que demandou um volume acentuado de recursos, conforme relatos anteriores, bem como uma aplicação mais concentrada dos recursos, pelo Grupo B, na aquisição de animais de grande porte.

Essas informações contribuem para o estudo de fatores psicossociais que influenciam o pagamento do crédito no Estado da Paraíba, pois grande parte da dívida dos entrevistados do Grupo A é para

investimentos em estrutura, que não geram recursos diretamente, mas sim conforto ou condições de trabalho mais elaboradas. No que diz respeito aos do Grupo B, infere-se que o financiamento, principalmente de gado de leite, traz rápido retorno em termos de consumo e venda de leite e de seus derivados.

Intenção de pagamento: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 78 % dos entrevistados são favoráveis ao pagamento do Pronaf, 15 % não são contra nem a favor e 7 % são contra. Quanto ao Grupo B, 82 % são favoráveis, 13 % são contra e 5 % não são contra nem a favor. Pode-se observar em ambos os grupos um elevado percentual de respondentes que apresentaram intenção de pagamento, diante de um baixo percentual contra, ou que, pelo menos, questiona o pagamento.

Situação frente ao banco: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 30 % dos créditos aprovados não foram identificados, ou seja, os entrevistados não explicaram a situação destes frente ao banco, 26 % equivalem aos créditos que ainda não estão sendo quitados, em virtude de o respondente estar em período de carência, 23 % se referem aos créditos renegociados, 20 % equivalem aos créditos que já foram quitados e 1 % equivale à situação de inadimplência. No grupo B, 50 % equivalem aos créditos que já foram quitados e 50 % àqueles que estão sendo pagos.

Pode-se observar nítida diferença entre os dados levantados. Enquanto o Grupo A apresenta diversas situações relacionadas à devolução do crédito com diferentes percentuais, o Grupo B apresenta somente duas categorias com o mesmo percentual. Em ambos ocorre a presença acentuada de crédito que já foi quitado, principalmente em relação ao Grupo B, e de pagamento em curso. Os entrevistados dos dois grupos afirmam ter condições de pagar o crédito. Supõe-se, entretanto, prevalência do Grupo B, que adquire valores consideravelmente menores, caso não recebam forte influência do grupo ou do movimento a que pertencem, como o MST.

Na Tabela 5, no que se refere à assistência técnica:

Tabela 5. Dados relacionados à assistência técnica recebida pelos entrevistados do Pronaf A e B.

Grupo A (Assentado, n = 27)				Grupo B (Agricultor familiar, n = 26)		
Categoria	Subcategoria	f	%	Subcategoria	f	%
Assistência técnica	Sim	14	52	Sim	8	31
	Não	13	48	Não	18	69
	Ninguém	12	44	Ninguém	20	77
	Emater	1	5	Emater	4	15
Fonte de assistência técnica	Incra	2	7			
	Técnico do Município do Espírito Santo	2	7	Profissional liberal	1	4
	Técnico da Central das Associações dos Assentamentos	10	37	Técnico do Pronaf	1	4

Assistência técnica: em relação à amostra do Grupo A, pode-se verificar que 52 % dos entrevistados disseram que recebem assistência técnica, enquanto 48 % não recebem. Entre os participantes do grupo B, 69 % disseram que não recebem assistência técnica e 31 % que recebem. Pode-se observar uma diferença considerável no percentual de participantes do Grupo A que recebem assistência técnica em comparação aos participantes do Grupo B, que se encontram mais isolados do ponto de vista técnico. Seus integrantes se localizam mais afastados uns dos outros, são menos organizados e constituem um grupo muito grande, o que dificulta o oferecimento de assistência técnica, ainda que coletiva. Entretanto, isso faz com que seja necessária uma ação mais eficaz e estratégica por parte dos órgãos responsáveis pela assistência técnica.

Nesse contexto, tanto empresas privadas de assistência técnica e extensão rural quanto empresas do governo, por exemplo, a Empresa

de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB), interagem com o Pronaf por meio de ações tais como: elaboração de projetos para serem submetidos aos bancos oficiais com vista à obtenção do crédito rural, cursos de capacitação, orientação e acompanhamento técnicos, entre outras modalidades de assistência técnica.

Fonte de assistência técnica: na amostra do Grupo A, pode-se verificar que 44 % afirmam o não recebimento de assistência técnica, 37 % o recebimento de assistência pelos técnicos da Central das Associações dos Assentados, 7% pelos técnicos do Incra, 7 % por técnicos do Município do Espírito Santo e 5 % por técnicos da Emater. Quanto ao grupo B, 77 % também afirmaram o não recebimento de assistência técnica, 15 % afirmaram tê-la recebido por técnicos da Emater, 4 % por profissionais liberais e 4 % por técnicos do Pronaf. Pode-se observar que o Grupo A conta com o apoio de várias instituições em relação ao Grupo B, que destacou o apoio da Emater.

Em síntese, o perfil geral dos beneficiários dos Grupos A e B, baseado nos dados identificados e analisados anteriormente, se caracteriza principalmente pelos seguintes aspectos: são pessoas de meia idade, com bom potencial de produção, tanto em relação ao tempo de vida útil de trabalho como em relação à área de produção. Constituem também esse grupo aposentados que ainda se dedicam às atividades agropecuárias.

Dispõem de áreas de cultivo e de pastagens, com destaque para o Grupo A, cujas áreas são bem maiores, que exploram tanto as atividades agropecuárias como a de feira livre e contam com o apoio de outras políticas públicas, como as que se referem à aposentadoria e bolsa família.

Possuem baixo potencial de comunicação escrita, pois muitos ainda são analfabetos. São católicos e, apesar das dificuldades geográficas, são praticantes, o que indica grande potencial de homogeneização e de

interação sociocultural a favor dos aspectos de personalidade, hábitos e costumes.

Possuem uma família de tamanho pequeno quando comparadas com as famílias tradicionais do meio rural de anos atrás, mas com grande potencial de desenvolvimento, pois o percentual de familiares com acesso à escola é alto.

No que se refere ao bem-estar objetivo, o Grupo A desfruta de melhores condições, principalmente pelo fato de apresentarem menos pessoas por número de cômodos da residência. Grande parte dos grupos possui facilidades como banheiro dentro de casa, água encanada, energia elétrica. Uma pequena parte goza de meios de transporte como carro e moto.

Os participantes apresentaram experiência na obtenção e aplicação do crédito agrícola, em especial os entrevistados do Grupo A, com grande diversidade de volume de recursos, conseqüentemente, de aplicação e de formas de enfrentamento para o pagamento do crédito. Os beneficiários do Grupo B se destacaram tanto em relação aos que já quitaram suas dívidas, quanto aos que estão em fase de pagamento.

No que se refere à assistência técnica, os beneficiários do Grupo B são os menos assistidos tecnicamente, isto é, estão em condição de maior isolamento técnico. Apesar da insuficiência do apoio técnico, em contraste com o seu bom desempenho em termos de pagamento, pode-se dizer que a assistência e/ou acompanhamento técnico deveria ser um dos fatores de maior garantia para o desenvolvimento dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para o sucesso do programa.

Avaliação do Pronaf

As informações das 53 entrevistas, relacionadas à Avaliação do Pronaf, foram analisadas e categorizadas *a posteriori*. Mediante tais procedimentos foram geradas dez categorias (Tabela 6), o que possibilitou uma visão geral dos resultados alcançados:

Tabela 6. Visão global da Avaliação do Pronaf A e do Pronaf B, em relação às categorias que emergiram durante a análise de conteúdo, com as respectivas, freqüências e percentuais de Unidades de Contexto Elementar.

Categoria	Pronaf A (Assentado, n = 27)		Pronaf B (Agricultor familiar, n = 26)	
	f	%	f	%
1 - Definição	39	6	30	9
2 - Finalidade	18	3	9	3
3 - Características	56	8	43	13
4 - Emprego do crédito	223	33	60	17
5 - Impacto do Programa	90	13	70	20
6 - Suposições em face da ausência do Pronaf	43	6	37	11
7 - Influência de fatores edafoclimáticos	19	3	6	2
8 - Dificuldades	29	4	8	2
9 - Assistência técnica	92	14	25	7
10 - Avaliação geral de desempenho	68	10	56	16
Total	677	100	344	100

Entre as 677 UCEs do Grupo A, o maior percentual, de 33 %, corresponde à categoria Emprego do crédito e 3 % configuram as categorias Finalidade e Influência de fatores edafoclimáticos. Treze por cento delas compõem a categoria Impacto ou Resultado do Pronaf. No que se refere ao Grupo B, das 344 UCEs, 20 %, equivalente ao maior percentual, correspondem à categoria Impacto. Dois por cento delas formam a categoria Influência de fatores edafoclimáticos. Além disso, 17 % das UCEs que foram apreendidas situam-se na categoria Emprego do crédito.

A diferença entre os dois maiores percentuais de respostas eliciadas, relacionadas às categorias Emprego do crédito e Impacto, é relativamente grande em ambos os grupos de pesquisa.

A categoria Emprego do crédito se destacou mais no Grupo A que no Grupo B. Já a categoria Impacto foi mais ressaltada no Grupo B que

no Grupo A. Essa situação não era esperada, uma vez que se supõe que quanto mais investimento se faz num sistema produtivo, mais impacto ele gera. É possível que esse fato esteja relacionado a uma questão de percepção, ou seja, os assentados não percebem facilmente o impacto de todos os produtos financiados, mas somente daqueles passíveis de gerar renda. Por outro lado, entre os usuários do Grupo B, que financiam apenas animais, que podem gerar renda mais facilmente, obtiveram-se mais respostas relacionadas às conseqüências deste investimento.

O percentual de respostas eliciadas pelo Grupo A, em relação à categoria Assistência técnica, foi o dobro do percentual do Grupo B. É possível que a assistência técnica seja um fator de maior preocupação para os assentados, pois eles se responsabilizam por um volume de recursos financiados bem superior ao do Grupo B.

O percentual de respostas apresentadas pelo Grupo B, em relação à categoria Avaliação geral de desempenho, foi bem superior ao percentual de respostas do Grupo A. Esse resultado é compatível com a informação de que o impacto do programa é melhor percebido pelos agricultores do Grupo B. Talvez esse fato esteja relacionado ao efeito rápido que o financiamento de animais oferece.

Ambos os grupos apresentaram poucas respostas negativas em relação ao efeito do clima. Considerando-se que a pesquisa envolveu participantes de diferentes regiões do estado, se esperava o inverso, isto é, mais reclamações a respeito do clima.

O resultado procedente do processo de categorização foi realizado considerando dois *corpus*, um para o Pronaf A e outro para o B. No entanto, levando-se em conta que o objetivo deste estudo era levantar informações para elaboração de um questionário único para ser aplicado a ambos os grupos, em um segundo momento da presente pesquisa, foi considerado, portanto, um só *corpus*. Nesse sentido, no que se refere à Avaliação do Pronaf (Anexo B), para ambos os grupos, as informações configuradas em categorias e subcategorias primárias e secundárias apresentaram os seguintes dados:

Definição do Pronaf: essa categoria foi formada por 7 % de todas as UCEs deste *corpus*, sendo que, das 69 UCEs identificadas, emergiram três subcategorias primárias: *Atributos positivos*, na qual 46 % das UCEs dizem respeito ao Pronaf *Como crédito ou empréstimo* e 41 % *Como ajuda, apoio ou assistência*. Atributos neutros, com as subcategorias secundárias referentes ao Pronaf *Como programa, projeto* (6 %) e *Não sabe* (4 %). E atributos negativos, com a subcategoria secundária *Como burocracia*, com apenas 3 % das UCEs, dando a entender que seja um programa cujo controle é desnecessário.

Esses dados indicam que boa parte dos entrevistados vê o Pronaf como um meio de negócio, de se desenvolverem, crescerem, enquanto outra parte o vê como um programa assistencialista, de ajuda, uma forma de o governo os compensar, de alguma forma, pela seca, pelos prejuízos e os ajudar a sobreviver. Pode-se dizer também que são crenças concorrentes, enquanto um tipo de crença favorece a determinação de comportamentos mais relacionados ao mundo do negócio, convergentes em relação aos objetivos do programa, as outras crenças levam a uma compreensão mais assistencialista, de ajuda, divergentes em relação aos objetivos do programa. Essa percepção antagônica entre o negócio e assistencialismo parece ocorrer por falta de uma comunicação mais efetiva, clara e objetiva por parte dos gestores/operadores do programa.

Finalidade: essa categoria constituiu-se por 3 % de todas as UCEs deste *corpus*, sendo que das 27 UCEs identificadas, emergiu uma subcategoria considerada primária *Atributos positivos*, que compreende quatro subcategorias secundárias: *Para investir em agricultura, máquinas, insumos* (52 %); *Para trabalhar* (37 %); *Para dar segurança* (7 %) e *Para desenvolver* (4 %), respostas coerentes com os objetivos do Pronaf.

Esses dados demonstram que os beneficiários sabem para que serve o programa. Se eles desviam o recurso para outras áreas de interesse, isso é feito de forma consciente e proposital. Assim, a maior parte dos entrevistados apresenta uma visão coerente com os objetivos do programa.

Características: essa categoria foi configurada por 10 % das 99 UCEs identificadas neste *corpus*. Emergiram duas subcategorias consideradas como primárias. *Atributos positivos*, composta por cinco subcategorias secundárias: *Abatimento, desconto* (22 %); *Juros baixos* (12 %); *Carência, prazo bom* (10 %); *Programa apropriado, oportuno* (9 %); *Direito a outro crédito* (5 %). *Atributos negativos*, que compreende três subcategorias secundárias: *Demora na liberação do crédito* (25 %); *Burocracia para a liberação do crédito* (10 %) e *Liberação do recurso somente para o fornecedor* (7 %).

Nesse caso, os respondentes apresentaram um percentual de respostas equivalentes entre as positivas e negativas, o que indica boa discriminação entre o que gostam e o que não gostam no programa, destacando-se o abatimento e a demora na liberação do crédito, variáveis importantes para o sucesso do programa e pagamento do crédito.

Emprego do crédito: essa categoria foi constituída por 26 % das UCEs deste *corpus*, sendo que das 255 apreendidas, duas subcategorias foram identificadas como primárias: *Em investimento* e *Em custeio*. A primeira, com as seguintes subcategorias secundárias e respectivas porcentagens de UCEs: *Para a aquisição e criação de animais* (47 %), *Para construção de cerca e cacimbão* (11 %), *Para a aquisição de máquinas e equipamentos* (11 %), *Para a formação de pastagem/capineira* (9 %), *Para o plantio de fruteiras* (3 %), *Para a construção de abrigo de animais* (2 %), *Para a implantação do projeto* (1 %), *Para apoiar a comercialização* (1 %). A segunda, com apenas uma subcategoria secundária: *Para o plantio de culturas anuais*, com 15 % das UCEs. Pode-se considerar que esses dados expressam as aplicações do crédito em uma pequena parte da população de beneficiário, principalmente nas regiões pesquisadas.

A aquisição e criação de animais se tornam o carro chefe das aplicações do programa. Pode-se considerar que a criação de animais, principalmente o gado, é a fonte mais segura de geração de renda, sendo, portanto, a mais utilizada nos projetos técnicos. O custeio é

praticamente irrelevante perto do volume de recursos destinados aos investimentos.

Impacto do Pronaf: essa categoria constituiu-se por 16 % de todas as UCEs deste *corpus*, sendo que das 160 identificadas, três subcategorias foram consideradas como primárias: *Atributos positivos*, que compreende cinco subcategorias secundárias *Na alimentação* (34 %); *Na renda* (17 %); *No sistema de produção* (12 %); *Na ocupação profissional* (11 %); *Na moradia* (4 %). *Atributos negativos*, com duas subcategorias secundárias: *No sistema de produção* (11 %) e *No sistema financeiro* (8 %). Na subcategoria primária *Atributos neutros*, emergiu uma só subcategoria secundária: *Ausência de impacto*, com 3 % das UCEs.

Pode-se observar que a maior parte do impacto em relação à vida dos beneficiários é positiva, especialmente no que diz respeito à alimentação, manutenção e renda. Nesse contexto, também aparecem de forma acentuada prejuízos e dívidas, os quais podem ter causas tanto internas, como conhecimento e gestão dos negócios, como também causas externas, como a seca ou inundações.

Suposições em face da ausência do Pronaf: essa categoria foi composta por 8 % das 80 UCEs apreendidas neste *corpus*. Nela, duas subcategorias foram consideradas primárias, *Atributos negativos* e *Atributos indiferentes*. A primeira compreende sete subcategorias secundárias: *Em relação à condição de vida* (36 % das UCEs); *Em relação à ocupação* (19 %); *Em relação ao sistema de produção* (12 %); *Em relação à moradia* (6 %); *Em relação a investimentos* (6 %); *Em relação à alimentação* (6 %); *Em relação à renda* (5 %). A segunda converge em apenas uma subcategoria secundária: *Em relação à condição de vida* (10 %), que remete à falta de perspectiva e resultado pouco efetivo do Pronaf.

Isso significa que grande parte dos entrevistados vê o Pronaf de forma mais positiva, uma vez que, na possibilidade de sua ausência, eles apresentaram somente crenças negativas e indiferentes.

Influência de fatores edafoclimáticos: essa categoria constituiu-se por 3 % das 25 UCEs apreendidas neste *corpus*. Duas subcategorias foram consideradas como primárias nesta categoria: *Influência negativa*, compreendendo duas subcategorias secundárias: *Sobre o sistema de produção agropecuária* (perdas de produtos e animais devido à seca), com 72 % das UCEs, *Sobre a infra-estrutura* (inundação ou destruição de barreiros e barragens), com 16 %. *Influência positiva*, composta por uma subcategoria secundária: *Sobre o sistema de produção agropecuária* (influência positiva do clima sobre o sistema de produção agropecuária, quando ocorre um bom período de chuva durante o inverno), na qual estão agrupadas 12 % das UCEs.

Apesar de a maior parte das UCEs identificadas nesta categoria tratar de atributos negativos, a seca também tem seu lado positivo, como por exemplo, quando o entrevistado diz: *por duas vezes recebi recursos para seca* (dinheiro liberado pelo governo para os agricultores do Sertão em épocas de seca prolongada). Além, é claro, nem todo ano é totalmente ruim para todos.

Dificuldades: categoria formada por 4 % das 37 UCEs apreendidas neste *corpus*. Nesta, três subcategorias foram consideradas como primárias, cada qual convergindo em uma subcategoria secundária com as respectivas porcentagens. A primeira, *Em relação à gestão do sistema agropecuário*: 68 % das UCEs dizem respeito a *Problema de produção e comercialização*. A segunda, *Em relação à gestão do crédito*: *Problema de negociação com o Banco* (19 %). E a terceira, *Em relação à gestão pessoal*: *Receio de contrair dívidas* (13 %).

Além dessas dificuldades apontadas pelos agricultores, outra, também observada durante o período de entrevista, foi o problema fundiário por que passam os produtores do Grupo B. Como são terras oriundas de herança, com muitas divisões entre herdeiros, praticamente não existem mais terras para serem exploradas. Assim, o potencial de investimento no sistema agropecuário é mínimo. O produtor, praticamente, encontra-se sem condição de avançar para outras linhas de crédito, como por exemplo, o Pronaf C.

Assistência técnica: essa categoria comportou 11 % das 117 UCEs identificadas neste *corpus*. Quatro subcategorias foram aqui consideradas como primárias: *Atributos negativos dos Técnicos do Banco*, que converge na subcategoria secundária *Relacionada às intervenções contraditórias* (12 % das UCEs); *Atributos positivos dos Técnicos da Extensão Rural*, na qual figura a subcategoria secundária *Relacionada à informação e orientação agropecuária* (42 %); *Atributos negativos dos Técnicos da Extensão Rural*, com duas subcategorias secundárias: *Relacionada à ausência dos técnicos no campo* (17 %) e *Relacionada à omissão ou erro de informações* (7 %); Em *Atributos neutros dos Técnicos da Extensão Rural*, figura a subcategoria secundária *Relacionada à não utilização da assistência* com 22 % das UCEs.

Dessa forma, pode-se verificar que os produtores destacaram a interação entre eles e os técnicos, no que se refere às informações e orientações, tanto dentro como fora da propriedade, o que é um importante fator de sucesso na aplicação do crédito.

Avaliação geral de desempenho: nesta categoria emergiram 12 % das UCEs deste *corpus*. Das 124 UCEs apreendidas, foram identificadas duas subcategorias consideradas como primárias: *Atributos positivos* e *Atributos negativos*. A primeira compreende a subcategoria secundária que diz respeito a *Maravilha, coisa boa, progresso para o produtor*, com 71 % das UCEs. A segunda converge na subcategoria secundária *Ruim em relação à gestão de processo* (precisa melhorar a implantação, mais agilidade, o investimento veio, mas não deu, não foi suficiente) comportando 29 % das unidades de contexto elementar.

Dessa análise, destacaram-se, em termos de porcentagem de UCEs, as categorias: *Emprego do crédito* (26 % das UCEs totais); *Impacto do programa* (16 %); *Avaliação de desempenho* (12 %); *Assistência técnica* (11 %) e *Características do programa* (10 %). Os dados indicam que o *Emprego do crédito* e o *Impacto do Pronaf* são objetos centrais de mensuração. Uma avaliação mais aprofundada, por meio de técnicas quantitativas, irá desvelar, como em uma fotografia, os

aspectos fortes e fracos do fenômeno de estudo, e assim indicar os aspectos que devem ser trabalhados pelos gestores do programa, no sentido de melhorar a eficiência e a eficácia das operações e processos que compõe seu funcionamento.

Avaliação da intenção de pagamento do crédito

Informações das 53 entrevistas, relacionadas à Intenção do Pagamento de crédito, analisadas e categorizadas *a priori*, com base no Modelo da Teoria da Ação Racional, geraram os resultados descritos a seguir (crenças e informações):

As categorias apresentadas na Tabela 7, elaborada com base no Anexo C, foram analisadas levando-se em conta os seguintes critérios:

Tabela 7. Síntese global dos fatores que influenciam a intenção de pagamento, com suas respectivas, freqüência e percentual de Unidade de Contexto Elementar, para os respondentes do Pronaf A e do Pronaf B.

Categorias	Pronaf A (Assentado, n=27)		Pronaf B (Agricultor familiar, n=26)	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Crenças Comportamentais	72	29	58	27
Crenças Normativas	90	37	78	36
Crenças de Controle	83	34	82	37
Total	245	100	218	100

Crenças Comportamentais e Crenças Normativas: foram consideradas apenas as freqüências apreendidas por meio das questões 17 e 19, do Anexo A, as quais geraram as subcategorias primárias: *Vantagens do pagamento em dia* e *Pessoas capazes de influenciar o pagamento do crédito*. As subcategorias primárias negativas foram desconsideradas desse processo de seleção, por serem subcategorias idiossincráticas.

Crenças de Controle: foram consideradas todas as freqüências provenientes da questão 16, do Anexo A, a qual gerou a subcategoria primária: *Estratégia para o pagamento do crédito*.

Assim sendo foram utilizadas apenas as freqüências relativas às UCEs de único sentido, ou seja, ora UCEs positivas (vantagens, pessoas que aconselham a pagar, estratégia para pagar) ora UCEs negativas (justificativa para não pagar). Dessa forma, cada freqüência obtida deriva de uma única subcategoria primária, passível de comparação com as demais.

No que se refere ao Grupo A, das 245 UCEs 37 % equivalem ao maior percentual de respostas eliciadas na categoria Crenças Normativas, enquanto as categorias Crenças de Controle, com 34 % das UCEs e Crenças Comportamentais, com 29 %, obtiveram um percentual um pouco abaixo. Para o Grupo B, das 218 UCEs apreendidas, 37 % equivalem ao maior percentual de respostas eliciadas na categoria Crenças de Controle, enquanto as categorias Crenças Normativas, com 36 % das UCEs e Crenças Comportamentais, com 27 %, obtiveram um percentual de UCEs um pouco menor em relação à categoria Crenças de Controle.

Com base nesses dados, pode-se inferir que:

Apesar de o percentual de UCEs da categoria Crenças Comportamentais ser diferente das categorias Crenças Normativas e Crenças de Controle, em ambos os grupos pode-se observar que o percentual de respostas nessas três categorias é semelhante quando são comparados os dois grupos, ou seja, não existe diferença de crenças entre os Grupos A e B.

A categoria Crenças Normativas apresentou o maior percentual de respostas do Grupo A, significando que estas constituem os fatores que mais influenciam a Intenção de pagamento do crédito, para os Assentados.

A categoria Crenças de Controle apresentou o maior percentual de respostas do Grupo B, mas a diferença é tão pequena que não se pode dizer que as Crenças de Controle são mais importantes que as Crenças Normativas na determinação da Intenção de pagamento do crédito.

No Anexo C, referente à Intenção de pagamento do crédito, as informações apreendidas em ambos os grupos, tendo sido configuradas em categorias e subcategorias primárias e secundárias, levaram aos seguintes resultados:

Crenças Comportamentais: essa categoria foi constituída por 34 % de todas as UCEs deste *corpus*, sendo que das 201 identificadas, emergiram três subcategorias que foram consideradas como primárias: *Vantagens do pagamento em dia*, que compreende sete subcategorias *Por ter direito a obter mais crédito, empréstimo* (25 %); *Por ter abatimento, desconto, rebate* (18 %); *Por conseguir confiança, apoio* (8 %); *Por ficar com o nome limpo* (5 %); *Por se sentir realizado* (2 %). Os demais resultados foram considerados idiossincráticos: *Por evitar pagar juros* (1 %) e *Por só ter a ganhar* (resposta indefinida) (6 %). Esses dados indicam que 58 % dos entrevistados acreditam que o pagamento em dia do Pronaf os mantém no sistema de microcrédito do governo a um baixo custo de operação, o que não deixa de ser um estímulo especial para eles lançarem mão destes recursos.

No que se refere às outras duas subcategorias primárias que emergiram (*Desvantagens do pagamento em dia* e *Desvantagens do não pagamento em dia*), a primeira compreende três subcategorias secundárias: *Nenhuma* (28,0 %); *Por perder renda* (1,0 %) e *Por perder produção* (0,5 %). A segunda é formada por cinco subcategorias secundárias: *Por perder o crédito* (2 %); *Por pagar juros* (1 %); *Por ficar com o nome sujo* (1 %); *Por perder abatimento* (1 %); *Por perder o sossego* (0,5 %). Esses resultados são idiossincráticos, o que leva a concluir que não existem desvantagens em se pagar em dia o Pronaf, pelo menos do ponto de vista das Crenças comportamentais dos participantes. Dessa forma, pode-se dizer que os respondentes têm muita confiança na obtenção e no pagamento do crédito.

Crenças Normativas: essa categoria foi formada por 39 % de todas as UCEs apreendidas neste *corpus*, sendo que das 231 identificadas, duas subcategorias foram designadas como primárias: *Pessoas capazes de influenciar o pagamento do crédito* e *Pessoas capazes de influenciar o não pagamento do crédito*. A primeira, compreende dezessete subcategorias secundárias: *Família* (21 %); *Banco* (12 %); *Assentados* (9 %); *Agricultores* (6 %); *Emater* (6 %); *Associação* (5 %); o restante dos resultados foram considerados idiossincráticos: *Igreja* (2 %); *Incra* (1 %); *Sindicato* (1 %); *Cooperativa* (1 %); *Vendedores* (1 %); *Associação Comunitária Rural* (0,5 %); *Movimento Social* (0,5 %); *CPT* (0,5 %); *Central de Trabalhadores* (0,5 %); *Adremes* (0,5 %) e *Ele mesmo* (0,5 %).

A segunda é formada por sete subcategorias secundárias: *Assentados* (17 %); *Agricultores* (10 %); *Pessoas sem projeto* (8 %); *Políticos* (4 %); *Comerciantes* (3 %); *Presidente da Associação* (1 %) e *Ninguém* (20 %). Pode-se considerar que esses resultados são idiossincráticos uma vez que os percentuais mais elevados, como é o caso dos assentados e agricultores, influenciam o pagamento de crédito tanto positivo como negativamente. O caso do *Ninguém*, categoria indefinida; e as demais, com percentuais relativamente baixos. Dessa forma, pode-se dizer que existem diferentes tipos de pessoas e instituições que influenciam os agricultores, principalmente, a pagarem o Pronaf.

Crenças de Controle: essa categoria foi composta por 27 % de todas as UCEs apreendidas neste *corpus*, sendo que das 165 identificadas, uma subcategoria foi considerada primária: *Estratégia para o pagamento do crédito*. Esta, por sua vez, foi composta por oito subcategorias secundárias: *Compra e venda de animais e seus produtos* (56 %); *Aplicação dos recursos conforme planejado no projeto técnico* (10 %); *Comportamento pró-ativo* (9 %); *Serviços e negócios não agrícolas* (8 %) e *Produção e comercialização de produtos agrícolas* (7%); o restante dos resultados são idiossincráticos: *Negociação da dívida* (6 %); *Apoio de familiares aposentados* (3 %) e *Seguro dos investimentos* (1 %). As UCEs identificadas na categoria Crenças de

Controle reforçam a idéia de que fatores relacionados com a experiência própria, de pessoas conhecidas ou com o surgimento de oportunidade, influenciam a intenção do pagamento de crédito em ambos os grupos.

Os dados levantados indicam, ainda que superficialmente, que, para o Grupo A, a categoria Crenças Normativas e, para o Grupo B, as Crenças de controle constituem os fatores psicossociais mais importantes na predição do comportamento pagamento do Pronaf (Tabela 7). Aparentemente os dados possuem uma certa lógica, pois considerando o fato de que os assentados são politicamente mais organizados, é provável que apresentem um repertório comportamental mais embasado em crenças normativas. Assim, supõe-se também que eles devem ser mais influenciados, quanto à intenção de pagar o crédito, por crenças desse tipo. Por outro lado, os agricultores familiares, menos organizados, provavelmente contam mais com estratégias que se baseiam em crenças de controle, como por exemplo, adquirir um vaca prena, a um custo de uma solteira, para pagarem o crédito.

Conclusões

Por meio da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2004), no contexto da Avaliação do Pronaf, foram identificadas crenças *a posteriori*, agrupadas em 10 categorias e diversas subcategorias, tais como: *definição do Pronaf; finalidade; características; emprego do crédito; impacto do programa; suposições em face da sua ausência; influência de fatores edafoclimáticos; dificuldades; assistência técnica e avaliação geral de desempenho.*

Esse tipo de análise de conteúdo foi operacionalizado de maneira a desconsiderar todas as perguntas do questionário e, ao mesmo tempo, a incluir todas as respostas como um *corpus* de estudo. Dessa forma foi possível não somente detectar e contabilizar as respostas semelhantes que os entrevistados expressaram ao longo da entrevista, independentemente do conteúdo da pergunta, mas também verificar as crenças de maior força de expressão. Além disso, esse método serviu

de base para a elaboração do roteiro de entrevista semi-estruturada, aplicada de forma mais precisa a um grupo amostral de maior representatividade durante a fase do Estudo Principal (TRIVIÑOS, 2006; RICHARDSON et al., 1999).

Entre as crenças identificadas, algumas parecem preocupantes, como por exemplo, 41 % das crenças correspondentes à categoria Definição do Pronaf (Anexo C) estão relacionadas à situação de que o crédito rural é um recurso a fundo perdido, uma ajuda. Muitos entrevistados não entendem que a intervenção do Estado, via crédito, é uma estratégia de negócio e não beneficente. Além disso, 68 % das UCEs correspondentes à categoria Dificuldades estão relacionadas à problema de produção e comercialização, as quais se alinham a aspectos de deficiência da assistência técnica, isto é, 46% dos problemas relacionados à assistência técnica (ausência dos técnicos no campo, omissão ou erro de informações, a não utilização da assistência técnica) acabam por contribuir mais negativamente com o sucesso do programa.

Assim, muitos não demonstram comportamento preventivo do tipo poupar ou juntar dinheiro sempre que possível para saldar o financiamento e até mesmo valorizar a assistência técnica. A solução mais apontada pelos entrevistados foi comprar uma vaca prenha pelo preço da solteira e pagar o financiamento no final do período de carência com a venda do bezerro. Para os integrantes do Grupo B esta é uma oportunidade que parece estar dando certo, mas para os do Grupo A, cujo volume de recursos é bem superior para ser quitado, ainda que parcelado, são exigidas estratégias mais sofisticadas de controle. Enfim, pode-se observar que os entrevistados não se previnem, durante o período de carência, o suficiente para enfrentar obstáculos, como por exemplo, os externos (fatores climáticos desfavoráveis).

No âmbito da Intenção de pagamento do crédito, no que se refere à avaliação conjunta dos Grupos A e B (Anexo C), verificou-se que emergiram 201 UCEs no que se refere à categoria Crença

comportamental, 231 à Crença normativa e 165 no que diz respeito à Crença de controle. Segundo Bardin (2004) geralmente, quanto maior é o número de UCEs, mais as atitudes ou os valores se afirmam numa análise avaliativa, ou mais numerosas são as co-ocorrências em uma análise de contingência. Conclui-se então que, para os Grupos A e B do Pronaf, a opinião de referentes (instituição ou indivíduo) é o fator que mais influencia os beneficiários do Pronaf a pagarem o crédito. Resultado diferenciado quando da análise separada entre o Grupo A e o B (Tabela 7). Para o Grupo A, as Crenças normativas foram as que apresentaram o maior número de UCEs (90), enquanto para o Grupo B, as Crenças de controle foram as mais representativas (82).

Tomando como base a explicação de Terry e O'Leary (1995), que se o comportamento de pagar o crédito dependesse exclusivamente da vontade do agricultor (comportamento volitivo), como é o caso dos estudos realizados por meio da Teoria da Ação Racional, é provável que a solução mais indicada para levar os usuários a pagarem o crédito seria trabalhos de comunicação persuasiva. No entanto, considerando que o pagamento do crédito é um tipo de comportamento que exige controle, conforme enfatizado por Ajzen (1991) em sua Teoria da Ação Planejada, outras estratégias como o acompanhamento técnico das atividades produtivas e dos serviços parecem soluções mais convenientes, por serem uma maneira de se controlar a situação, mesmo que de forma mais espaçada.

A conclusão a que se pode chegar neste estudo, o Preliminar, de ordem qualitativa, é que o processo de análise de um determinado fenômeno social deve ser precedido por um modelo teórico uma vez que facilita a aproximação ao problema de pesquisa. Entretanto, no decorrer do processo, pode-se descobrir que aquele "corpus" teórico é inadequado ou ineficiente para a compreensão do problema como um todo. Desse modo, o pesquisador deve estar alerta e disponível para a análise crítica do modelo adotado, reestruturando-o para que ele torne mais flexível à compreensão do problema. Por conseguinte, buscando a teoria que melhor explica o referido fenômeno.

Nesse sentido, métodos interpretativos, qualitativos, que segundo Denzin e Lincoln (2006), são caracterizados como métodos que permitem fazer registros precisos de observações, ao mesmo tempo em que são revelados os significados que os sujeitos trazem de suas experiências de vida, por meio de expressões subjetivas dos significados, escritas ou verbais, se tornam uma forma indicada de compreender os mundos da experiência. No entanto, sozinho, o método qualitativo não proporciona uma fotografia tão completa da avaliação de programa quanto sendo conjugado com o quantitativo (fonte de maior número de informações para a referida Tese).

Denzin e Lincoln (2006) ainda comentam que não existe uma única verdade interpretativa, mas sim múltiplas comunidades interpretativas, cada qual com seus próprios critérios para avaliar uma comunicação. Na opinião desses autores, a avaliação de programas é um dos principais terrenos da pesquisa qualitativa. Os pesquisadores podem isolar as populações alvo, mostrar os efeitos imediatos de certos programas sobre esses grupos e isolar as restrições que agem contra as mudanças das políticas nesses cenários.

Enfatiza-se também que grande parte dos fenômenos estudados no campo da Psicologia Social advém da problemática urbana, uma vez que os pesquisadores utilizam-se praticamente do ambiente urbano para o teste de suas teorias, modelos e pesquisas. Apesar dessa abrangência, Albuquerque (2002) salienta que a Psicologia e a Psicologia Social ainda têm deixado de lado o conhecimento que envolve o meio rural, o que diferentemente ocorreu com a Sociologia e a Economia, que já incorporaram o rural em seus estudos.

Dessa forma, verifica-se que a Psicologia Social apresenta potencial de trabalho para a compreensão do homem do campo, principalmente no que se refere às questões comportamentais e sua influência sobre a implementação de políticas públicas. Com relação a esse ponto de vista, Albuquerque (2002) considera que essa ciência da pesquisa psicossocial constitui uma referência para a avaliação de políticas públicas com repercussão imediata sobre a correção de rumos destes programas, como pode ser constatado neste estudo.

Limitações

- Falta de precisão da análise dos dados na predição de qual ou quais os fatores psicossociais que exercem efeito direto sobre a Intenção de pagamento de crédito. Apesar de a análise de conteúdo, no que diz respeito à avaliação da intenção de pagamento do crédito, ter sido baseada na TAP, não foi suficientemente potente na exploração de todas as variáveis que compõem esse modelo (Atitude, Norma subjetiva, Percepção de controle).
- Foi realizado um estudo transversal em detrimento ao longitudinal em um sistema que se encontra constantemente em mudanças, como por exemplo, em relação a alguns aspectos normativos, valores de financiamento, tipos de linha de crédito, entre outros.

Contribuições

- Uma vez que a base de desenvolvimento deste estudo foram as crenças identificadas a respeito do Pronaf, acredita-se que os problemas relacionados aos dois Grupos mais complexos deste programa (A e B) podem ser estudados a partir de agora considerando as informações levantadas e analisadas qualitativamente.
- Identificação de indicadores representativos do funcionamento do programa com base na opinião dos beneficiários.

Recomendações

Para o programa:

- Apoiar e monitorar a assistência técnica.
- Promover maior aproximação (Ex.: seminários) entre os setores de pesquisa (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – Emepa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e Universidade) e de extensão rural (Emater-PB), de tal forma que os conhecimentos e as tecnologias gerados no setor de pesquisa sejam disponibilizados para o pessoal da extensão, que, por sua vez, têm a oportunidade de orientar os beneficiários a respeito, por exemplo,

da gestão dos recursos do programa, bem como retroalimentar os pesquisadores com informações sobre a problemática da agricultura familiar.

- O baixo nível de escolaridade identificado, também encontrado e comentado por Alves (1988), tem que ser compensado pela extensão rural pública, se necessário, em combinação com a privada, como forma de contornar a falta de acesso à tecnologia e, especificamente no caso da Paraíba, ajudar a superar os riscos climáticos.
- Promover maior integração dos projetos e propostas do Pronaf com outros programas governamentais, como o Programa do leite, que é coordenado pela Fundação de Ação Comunitária da Paraíba, com o objetivo de viabilizar a comercialização dos produtos.
- Apoiar e valorizar mais as ações ligadas à agregação de valor à produção e comercialização, como por exemplo, de produtos derivados de carne, leite, mel etc., especialmente nas linhas de crédito A e B, aqui estudadas.

Para os pesquisadores:

- Estudar a influência de aspectos ideológicos, de gênero e de idade na aplicação e devolução do crédito Pronaf.
- Investigar se, ou até que ponto, os beneficiários que agregam valor à produção e têm mercado para seus produtos pagam mais facilmente em dia o Pronaf daqueles que não praticam essa modalidade de negócio. Nesse sentido, vale verificar se variáveis como a venda de leite e seus derivados (queijo, doce, picolé), carne, peixe, mel influenciam diretamente o pagamento de crédito.
- Investigar qual tipo de projeto/ proposta, incluindo a capacidade de pagamento, apresenta melhor resultado de retorno financeiro tanto para o agricultor familiar como para o banco, em termos de devolução de crédito.

- Estudar a forma mais indicada de funcionamento de organizações de agricultores familiares (do tipo central de negócios), com foco na organização da produção e comercialização.

Finalmente, o esforço empenhado até aqui compreende um passo inicial em relação ao que ainda falta conhecer em termos de avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nessa caminhada, muitos esforços ainda devem ser empreendidos por parte de teóricos e pesquisadores da Psicologia Social. Isso porque pesquisas desse tipo são de relevância direta para o Pronaf e indireta para seus beneficiários, sendo também importantes para a academia e empresa de pesquisa agropecuária.

Agradecimento

Aos colegas da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf da Paraíba, Antonio Carlos Ferreira de Melo, Marcos Fernandes Dutra Caldas, Ronaldo Fernandes de Lavor e Ivanilza Fernandes Macedo Cabral; da Emater-PB, Francisco Elias Ramos e do Banco do Nordeste do Brasil, Sandra Terto de Oliveira, pela atenção dispensada, participação e gentileza com que sempre abriram as portas de suas instituições para o nosso trabalho.

Referências

ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 37-42, 2002.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; LÔBO, A.; RAYMUNDO, J. da S. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 12, n. 2, p. 503-519, 1999.

ALVES, E. **Pobreza rural no Brasil: desafios da extensão rural e da pesquisa**. 4. ed. Brasília, DF: CODEVASF, 1988.

AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Process**, v. 50, p. 179-211, 1991.

AJZEN, I.; FISHBEIN, M. **Understanding attitudes and predicting social behavior**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1980.

AJZEN, I.; MADDEN, T. J. Prediction of goal-directed behavior: attitudes, intentions, and perceived behavior control. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 22, p. 453-474, 1986.

AMORIM, F. R. S. **O Banco do Nordeste e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. Cartilha.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito rural**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - 10. 2007. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorMCR:idxDenorMCR>>. Acesso em: 17 maio 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

CASTRO, G. A. de O. **Um modelo integrado de avaliação do impacto do treinamento no trabalho – IMPACT**. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília.

CONNER, M.; ARMITAGE, C. J. Extending the theory of planned behavior: a review and avenues for further research. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 28, n. 15, p. 1429-1464, 1998.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, M. R. **AIDS, comunicação persuasiva e prevenção: uma aplicação da Teoria da Ação Racional**. 1995. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

FERREIRA, C. R. C. **Como o agricultor familiar pode conseguir e manter o financiamento rural e como se dá a relação com os bancos**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912740.doc>>. Acesso em: 16 maio 2007a.

FERREIRA, C. R. C. **Como negociar e assegurar as garantias que serão dadas ao banco quando se necessita de um financiamento rural do Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912741.doc>>. Acesso em: 16 maio 2007b.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior: an introduction to theory and research**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1975.

GREENWOOD, D. J.; LEVIN, M. Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 91-113.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 12 out. 2007.

IBGE. **Mapa de divisões territoriais**: Microsoft internet explorer, 2001. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2005.

MADDEN, T. J.; ELLEN, P. S.; AJZEN, I. A comparison of the theory of planned behavior and the theory of reasoned action. **Society for Personality and Social Psychology**, v. 18, n. 1, p. 3-9, 1992.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, DF: CNPq: Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MILLESON, J. R. Aquisição de conceito. In: MILLESON, J. R. **Princípios de análise do comportamento**. Brasília, DF: Editora de Brasília, 1967. p. 273-305.

MINAYO, M. C. de S. Fase exploratória da pesquisa. In: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 89-104.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. de M. Métodos quantitativos e qualitativos. In: _____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 70-89.

ROKEACH, M. **Crenças, atitudes e valores: uma teoria de organização e mudança**. Rio de Janeiro: Interciência, 1981.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluratividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 maio 2004.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SILVA, P. L. B. (Coord.). **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final**. Campinas: UNICAMP, 1999.

TERRY, D. J.; O'LEARY, J. E. The theory of planned behaviour: the effects of perceived behavioural control and self-efficacy. **British Journal of Social Psychology**, v. 34, p. 199-220, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, p. 79-88, 2002. Número especial.

Referências recomendadas

Considerando que esta publicação foi elaborada com base na tese do primeiro autor, para maior aprofundamento deste estudo, recomenda-se a leitura dos seguintes trabalhos extraídos da mesma fonte:

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; COELHO, J. A. P. de M.; MARCELINO, M. Q. dos S. **Elaboração de instrumento de avaliação do Pronaf para agricultores com baixa escolaridade**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Documentos, 210).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; DIAS, M. R.; COELHO, J. A. P. de M.; MARCELINO, M. Q. dos S. **Intenção de pagamento do crédito (Pronaf): uma aplicação da Teoria da Ação Planejada**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 202).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; MARCELINO, M. Q. dos S. **Avaliação de programa: aspectos teóricos e metodológicos no contexto da agricultura familiar**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Documentos, 211).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; MARCELINO, M. Q. dos S.; DIAS, M. R. **Aplicações da teoria da ação planejada: uma possibilidade para estudos comportamentais com agricultores familiares**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Documentos, 212).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; PINHEIRO, J. de Q.; COELHO, J. A. P. de M.; MARCELINO, M. R. **O Pronaf na Paraíba: uma avaliação quantitativa com enfoque psicossocial**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 204).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; TRÓCCOLI, B. T., F. J. B. de; COELHO, J. A. P. de M.; MARCELINO, M. R. **Modelo de avaliação de programa: uma referência para o monitoramento do Pronaf na Paraíba**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 203).

Anexos. Avaliação do Pronaf: aplicação teórica e prática da análise de conteúdo sob a perspectiva de Bardin

Anexo A. Roteiro de entrevista aberta

Data: ____/____/____

Identificação (A – agregado; Pa – parceiro; Pr – produtor): _____

Local (cidade e comunidade): _____

Grupo do Beneficiário: _____

1 – O que é o Pronaf? (o que significa ou o que entende por Pronaf?)

.....
.....
.....

2 – Quais as coisas boas que o(a) Sr.(a) acha que o Pronaf tem?

.....
.....
.....

3 – O(a) Sr.(a) acha que ele tem alguma coisa ruim? (O que falta ou pode melhorar ainda?).

Exemplo.

.....
.....

4 – Quantas vezes o(a) Sr.(a) já conseguiu recursos pelo Pronaf?

.....
.....

5 – O(a) Sr.(a) se lembra quando foram liberados os recursos do banco? (data e respectiva ordem de liberação do crédito)

.....
.....
.....

6 – Em que o(a) Senhor(a) empregou o dinheiro?

.....
.....
.....

7 – Quais as vantagens desse dinheiro? (ao empregar esse dinheiro, verificar o que isso gerou de positivo, o que aconteceu de bom, em termos de situação ou de comportamento)

.....
.....

8 - Se não fosse esse dinheiro como estaria sua vida hoje? (identificar fatos ou situações ruins, o que acontecia de ruim e que o dinheiro do Pronaf resolveu?)

.....
.....

9 – O(a) Sr.(a) está recebendo assistência técnica?

.....
.....

- Caso esteja recebendo assistência técnica, verificar:’

10 – Quem está lhe dando assistência técnica?

.....
.....
.....

11 – O que mudou para o(a) Sr.(a) depois que começou a receber assistência técnica? (o que aconteceu de bom e de ruim?)

.....
.....

- Caso não esteja recebendo assistência técnica, verificar:

12 – Por que o(a) Sr.(a) não está recebendo assistência técnica?

.....
.....

13 – Na sua opinião, o(a) Sr.(a) tem que pagar o banco, ou não?

.....
.....

14 – Quanto o(a) Sr.(a) tem que pagar o banco?

.....
.....

15 - Quando o(a) Sr.(a) tem que pagar o banco?

.....
.....

16 – Apesar de todas as dificuldades que o(a) Sr.(a) tem enfrentado, que saída o(a) Sr(a) tem encontrado para pagar o Pronaf? (o que tem feito e que facilita, estratégias, medidas adotadas, alternativas para pagar o crédito?)

.....
.....
.....

17 - Na sua opinião, o que o(a) Sr.(a) ganha pagando em dia o Pronaf? (verificar as vantagens em termos de situação, o que acontece de bom?)

.....

.....

.....

18 – O que o(a) Sr.(a) perde pagando em dia o Pronaf? (verificar as desvantagens de se pagar em dia o Pronaf em termos de situação, o que acontece de ruim)

.....

.....

.....

Esse negócio de pagar o banco, tem gente que é a favor e tem gente que é contra. Assim gostaria de saber:

.....

.....

19 – Quem o(a) Sr.(a) conhece que acha que o(a) Sr.(a) deve pagar o Pronaf?

.....

.....

20 – Quem o(a) Sr.(a) conhece que acha que o Sr. não deve pagar o Pronaf?

.....

.....

Obs.: (caso apresente pouca memória para responder, verificar influência de: familiares, técnico da Emater, técnico do banco, político, líderes religiosos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, presidente de associação).

21 - Dados biodemográficos:

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|
| 1. Sexo: _____ | 10. Água encanada: _____ |
| 2. Idade: _____ | 11. Energia elétrica: _____ |
| 3. Estado civil: _____ | 12. Tem carro? _____ |
| 4. Escolaridade: _____ | 13. Tem moto? _____ |
| 5. N° filhos: _____ | 14. Tamanho da propriedade: _____ |
| 6. Estudam? _____ | 15. Principal fonte de renda: _____ |
| 7. Quantos agregados: _____ | _____ |
| 8. N° cômodos: _____ | 16. Religião: _____ |
| 9. Local do banheiro: _____ | 17. Frequência à igreja/mês: _____ |

Obs.: _____

Anexo B. Categorização das Unidades de Contexto Elementar (UCE), referente à avaliação do Pronaf A e B, com suas respectivas categorias, subcategorias primárias (1), subcategorias secundárias (2), frequências e percentuais de unidades de contexto elementar

GRUPO A (Assentado, n = 27) e B (Agricultor familiar, n = 26)					
Sub-categoria 1	Sub-categoria 2	UCE	f	%	%
Categoria I - Definição					
Atributos positivos	Como crédito, empréstimo	Exemplo de respostas: crédito - empréstimo - financiamento com rebate de 40 % - negócio com o banco - financiamento com juros baixos	32	46	7
	Como ajuda, apoio, assistência	Exemplo de respostas: ajuda que o governo manda - apoio do governo - assistência - fazer um pé - beneficiar o produtor - modo de sobreviver	28	41	
Atributos neutros	Como programa, projeto	Exemplo de respostas: Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - projeto	4	6	
	Não sabe	não sabe (Pronaf) - não sabe (Pronaf) - não sabe (Pronaf) -	3	4	
Atributos negativos	Como burocracia	burocracia grande - burocracia	2	3	
Subtotal			69	100	
Categoria II - Finalidade					
Atributos positivos	Para investir em agricultura, máquinas, insumos	Exemplo de respostas: investimento na lavoura - trator para cortar a terra - sementes - aplicar o dinheiro - para receber (o financiamento) - atender algumas expectativas	14	52	3
	Para trabalhar	Exemplo de respostas: dá chance do agricultor trabalhar - realizar o trabalho no campo - organizar o sistema do trabalhador - emprego - dá condição de trabalho - para o cabra trabalhar	10	37	
	Para dar segurança	proteger a propriedade - evitar muitas coisas ruins	2	7	
	Para desenvolver	desenvolvimento rural	1	4	
Subtotal			27	100	
Categoria III - Características					
Atributos positivos	Abatimento, desconto	Exemplo de respostas: abatimento - desconto de 40 % em cima do pagamento em dia - rebate (bom) - nós temos esse projeto de R\$ 13.500,00, se chegar na data a gente paga R\$ 6.000,00 - subsídio (bom) - incentivo	22	22	10
	Juros baixos	Exemplo de respostas: juros baixos - juro barato - sem juro - juro (bom)	12	12	
	Carência, prazo bom	Exemplo de respostas: houve prorrogação - prazo (bom) - carência (boa) - boa forma de pagamento -	10	10	
	Programa apropriado, oportuno	Exemplo de respostas: aceita a vocação do produtor - oportunidade - só ajuda -	9	9	
	Direito a outro crédito	Exemplo de respostas: se pagar tem direito a outro - pode investir e ter direito a retornar ao banco -	5	5	

Atributos negativos	Demora na liberação do crédito	Exemplo de respostas: demora na liberação do crédito - o dinheiro sai na época errada - quando fiz o projeto o preço era um, as coisas eram mais baratas - o dinheiro tem que ser inteirado - o rolo de arame farpado tá muito mais caro agora - quando sai, tudo é mais caro - quando recebe, é fora do prazo de plantio -	24	25	
	Burocracia para a liberação do crédito	Exemplo de respostas: muita burocracia - agora tá exigindo até o GTA para tirar o animal - precisa mesmo de uma nova burocracia?	10	10	
	Liberação do recurso somente para o fornecedor	Exemplo de respostas: não paga o projeto na mão - já tem um fornecedor - se saísse na mão seria melhor - se o dinheiro tivesse saído diretamente para mim, teria sido melhor - teria escolhido a vaca a tempo -	7	7	
Subtotal			99	100	
Categoria IV - Emprego do crédito					
Em investimento	Para a aquisição e criação de animais	Exemplo de respostas: (ajuda) na criação – comprar uns bichinhos - comprar cabra - comprei ovelhas – comprei uma vaca - burro – comprei duas vacas – comprei bode - comprei ovelha - animal de tração – comprei umas criações –	120	47	26
	Para construção de cerca e cacimbão	Exemplo de respostas: cerca – cerca de arame farpado – fiz poço artesiano - cacimbão - estaca - colchete - açude	28	11	
	Para a aquisição de máquinas e equipamentos	Exemplo de respostas: (aquisição de) instrumentos de trabalho - máquina de forrageira - carroça - sistema de irrigação – pulverizador costal - motor – comprei enxada - cata-vento	27	11	
	Para a formação de pastagem/ capineira	Exemplo de respostas: capim de pastagem - plantei palma - formação de pastagem - (plantei capim de) de pisoteio - serviu de pastagem – plantei palma -	24	9	
	Para o plantio de fruteiras	Exemplo de respostas: investi na plantação de banana - goiabeira -	8	3	
	Para a construção de abrigo de animais	fiz uma cocheira - cocheira - (tenho) a cocheira - aprisco – investi em aviário -	5	2	
	Para a implantação do projeto	nossos projetos – (a pessoa) vai comprando - comprar alguma coisa -	3	1	
	Para apoiar a comercialização	comércio - comércio -	2	1	
Em custeio	Para a o plantio de culturas anuais	Exemplo de respostas: plantei algodão - plantação de abacaxi - lavoura branca - batata – macaxeira –plantei milho – gergelim - inhame –	38	15	
Subtotal			255	100	

Categoria V – Impacto do programa					
Atributos positivos	Na alimentação	Exemplo de respostas: gerou leite para o consumo – às vezes como uma carne de cabrito - tenho leite para os cabritos - bolo - doce - faço qualhada – queijo - mais alimentação em casa	55	34	16
	Na renda	Exemplo de respostas: me dei bem com o algodão – deu para lucrar – mais dinheiro - dá pra tirar uns trocados por semana – fiquei com o saldo – quem soube empregar ainda tá colhendo frutos - paguei a conta - o saldo foi a moto - vive de tudo que produz lá	27	17	
	No sistema de produção	Exemplo de respostas: multiplicou os bichos - produção - nasceu cabrito - mudei o plantio (depois do crédito melhorou o plantio) - (milho) colheu um pouco - com a cerca estou evitando que os animais estraguem a lavoura	19	12	
	Na ocupação profissional	Exemplo de respostas: serviço na propriedade - (gerou) mais trabalho para casa - tava parado e deu trabalho para nós – trabalhava no que era dos outros – não tinha terra para trabalhar, agora já tenho	17	11	
	Na moradia	antes morava em terra dos outros – adquiri a terra - mais (melhora) da propriedade - sitio melhorou - tive mais conforto -	6	4	
Atributos negativos	No sistema de produção	Exemplo de respostas: perdi todo o bananal - tive que vender a vaca por menos do que comprei - na agricultura já perdi quase tudo - planta e não lucra nada - produção fraca - sementes perdidas - com elas (ovelhas) não dei sorte –	18	11	
	No sistema financeiro	Exemplo de respostas: agora eu tenho uma dívida - temos uma dívida - paguei três vezes mais - peguei R\$ 452,00 e paguei R\$ 1.500,00 – só aumenta as dívidas - quando vendo, não dá para pagar a dívida -	13	8	
Atributos neutros	Ausência de impacto	Exemplo de respostas: tudo continua do mesmo jeito - até agora não rendeu (nem plantação, nem criação)	5	3	
Subtotal			160	100	

Categoria VI - Suposições frente à ausência do Pronaf					
Atributos negativos	Em relação à condição de vida	Exemplo de respostas: (estaria) ruim - mais atrapalhado – estaria pior - se não a gente não vivia – (senão) tava morto – bem pior - difícil	29	36	8
	Em relação à ocupação	Exemplo de respostas: trabalhando para os outros - se não, nós ia trabalhar com que? - só com a cara? - família desempregada - só com o braço pra trabalhar é difícil – seria mais difícil buscar fora - se não pagar o Banco torno a trabalhar para os outros -	15	19	
	Em relação ao sistema de produção	Exemplo de respostas: não teria condição de criar o gado - sem recurso para a agricultura - (não teria) criação -	9	12	
	Em relação à moradia	Exemplo de respostas: não estaria morando (aqui) - talvez não estaria mais aqui - não tinha coragem de invadir o que é dos outros -	5	6	
	Em relação a investimentos	Exemplo de respostas: não teria dinheiro para aplicar - não tinha feito a cozinha - (não teria a) a moto -	5	6	
	Em relação à alimentação	Exemplo de respostas: não teria o leite – teria que comprar (leite) quando pudesse -	5	6	
	Em relação à renda	Exemplo de respostas: não teria renda - não tinha como vender para arrumar dinheiro - não teria o dinheiro a juro –	4	5	
Atributos indiferentes	Em relação à condição de vida	Exemplo de respostas: mesma coisa – do mesmo jeito - a mesma rotina de sempre - não teria melhorado quase nada -	8	10	
Subtotal			80	100	
Categoria VII - Influência de fatores edafoclimáticos					
Influência negativa	Sobre o sistema de produção agropecuária	Exemplo de respostas: o clima desequilibrado atrapalha o rendimento da produção - tive perca total por problemas climático – não vamos nem tirar feijão - inverno fraco (ruim para produção agrícola) - se chovesse tinha vantagem (para produção agrícola) - (é difícil pagar) sem chuva (por causa das perdas)	18	72	3
	Sobre a infra-estrutura	fiz um açude e foi embora – se o cacimbão der água - os açudes estouraram - por causa disso (cheia, açude estourado), estamos pagando até hoje	4	16	
Influência positiva	Sobre o sistema de produção agropecuária	por duas vezes recebi recursos para seca - se tem bom inverno, boa colheita - tendo sorte, vai progredindo –	3	12	
Subtotal			25	100	

Categoria VIII - Dificuldades					
Em relação à gestão do sistema agropecuário	Problema de produção e comercialização	Exemplo de respostas: todos têm que plantar ao mesmo tempo - quando colhe, tem muito produto no mercado - o projeto é para vaca, mas não dá para criar – a terra é pouca - a palma ninguém vende - fornecedor com preço elevado (de insumos) - às vezes não dá para conseguir um bicho melhor -	25	68	4
Em relação à gestão do crédito	Problema de negociação com o Banco	Exemplo de respostas: falta de oportunidade para os assentados pagar com o desconto, quando da perda da produção - tenho condição de pagar a minha conta, (...) não a do outro - um teve que afiançar o outro - no fim do ano tenho que pagar uma dívida de R\$ 1.300,00 -	7	19	
Em relação à gestão pessoal	Receio de contrair dívidas	Exemplo de respostas: tenho medo de perder tudo – não tenho condição de pagar - tenho medo de pegar mais dinheiro -	5	13	
Subtotal			37	100	
Categoria IX - Assistência técnica					
Atributos negativos dos Técnicos do Banco	Relacionada às intervenções contraditórias	Exemplo de respostas: O Banco (...) na época disseram que eu seria dispensado do pagamento caso perdesse - o Banco não perdoou minha dívida – a gente paga eles vêm atrás - a gente não paga eles mandam as cartas – o gerente do banco não explicou – (o gerente) mandou assinar aqui - foi mau conversado - eu assinei sem saber que tava avalizando o outro	14	12	11
Atributos positivos dos Técnicos da Extensão Rural	Relacionada à informação e orientação agropecuária	Exemplo de respostas: informações de plantio - (informações de) criação - faz (trabalho) melhor - com a orientação dele já evitei de pagar veterinário - aplicação de veneno natural, o técnico (do assentamento) é quem faz - agora tem uma associação do Espírito Santo, paga pelo Incra, que está assistindo agente – (recebendo assistência técnica) fraco, mas está -	50	42	
Atributos negativos dos Técnicos da Extensão Rural	Relacionada à ausência dos técnicos no campo	Exemplo de respostas: de lá para cá não veio ninguém aqui (para dar assistência técnica) - até hoje não tenho recebido assistência técnica - a Emater que elabora os projetos, mas não tem condições de dar assistência técnica - esse dinheiro vai para a Emater Central e ela não repassa o dinheiro para os técnicos - eles não tem como tirar dinheiro do próprio bolso para pagar a gasolina – (o técnico do assentamento) não ganha –	20	17	
	Relacionada à omissão ou erro de informações	Exemplo de respostas: me mandaram plantar (algodão) no tico-tico – (orientação) não deu resultado - não consegui acabar com ela (doença) - acho que é a doença do panamá -	8	7	

Atributos neutros dos Técnicos da Extensão Rural	Relacionada à não utilização da assistência técnica	Exemplo de respostas: aguardando a assistência técnica para aplicar - tem dois meses, ainda não temos experiência com eles - não mudou nada ainda, é um sistema novo - (falta) ganhar conhecimento sobre criação de boi - ainda não deu pra sentir - estamos esperando uma proposta (de assistência técnica) melhor com eles - não acrescentou muito - não chamo (os técnicos da Emater) porque não posso pagar tudo que eles recomendam -	25	22	
Subtotal			117	100	
Categoria X - Avaliação geral de desempenho					
Atributos positivos	Maravilha, coisa boa, progresso para o produtor	Exemplo de respostas: ajuda em muitas coisas - progresso na propriedade - é uma maravilha - coisa boa - só se a pessoa não quiser pagar - valeu a pena - nada (de ruim) - não, o cabra sabendo administrar - melhora da raça - uma melhora geral (na lavoura)	88	71	
Atributos negativos	Ruim em relação à gestão de processo	Exemplo de respostas: precisa melhorar a implantação - mais agilidade - o investimento veio mas não deu - não foi suficiente - sai pouco - (fornecedor) ganha dinheiro no mole - muitos aplicaram mal - mais agilidade - não tem coisa boa - desde que compreí só perco	36	29	12
Subtotal			124	100	
Total			993		100

Anexo C. Categorização das Unidades de Contexto Elementar (UCE), referente à avaliação da intenção do Pagamento de crédito do Pronaf A e B, com suas respectivas categorias, subcategorias primárias (1), subcategorias secundárias (2), freqüências e percentuais de unidades de contexto elementar

GRUPO A (Assentado, n = 27) e B (Agricultor familiar, n = 26)						
Sub-categoria I	Sub-categoria II	UCE	f	%	%	
Categoria I – Crenças Comportamentais						
Vantagens do pagamento em dia	Por ter direito a obter mais crédito, empréstimo	Exemplo de respostas: ganho crédito na praça - quem paga recebe o crédito mais fácil - mais dinheiro - portas são abertas para novos empréstimos -	50	25		
	Por ter abatimento, desconto, rebate	Exemplo de respostas: abatimento grande - desconto de 40 % em riba do pagamento em dia - rebate (bom) - obtive ótimo rebate -	36	18		
	Por conseguir confiança, apoio	Exemplo de respostas: apoio do governo – confiança do banco confiança das pessoas que avalia - fica mais confiante das pessoas do banco -	15	8		
	Por ficar com o nome limpo	Exemplo de respostas: nome limpo - o nome não fica sujo - para dá entrada na aposentadoria tem que estar limpo - ser um pobre honesto –	9	5		
	Por se sentir realizado	Exemplo de respostas: (fico) feliz – prazer de dever cumprido – a pessoa esta livrando de uma dívida -	5	2		
	Por evitar pagar juros	evita juros – evitar juros - evita juros -	3	1		
	Por só ter a ganhar	Exemplo de respostas: só tem a ganhar – ganhar a terra um dia – só ganha – fica com os bichos que comprou - tudo –	12	6		
Desvantagens	do pagamento em dia	Nenhuma	Exemplo de respostas: nenhuma – se não pagar está perdendo - sempre ganha – vale a pena pagar em dia –já sei que é para pagar –	56	28	
		Por perder renda	(perde) um pouco da renda - vai embora tudo que conseguiu – (perde) recursos –	3	1	
		Por perder produção	diminui o rebanho -	1	0,5	
	do não pagamento em dia	Por perder o crédito	Exemplo de respostas: se não (pagar) perde o crédito - se não (pagar), não recebe outro - fica sem crédito –	4	2	
		Por pagar juros	pago juros - fora o juro alto -	2	1	
		Por ficar com o nome sujo	fica sujo - se não pagar fica sujo para sempre -	2	1	
		Por perder abatimento	o abatimento - se não pagar perde o desconto -	2	1	
		Por perder o sossego	perde o sossego –	1	0,5	
Subtotal			201	100		

Categoria II - Crenças Normativas				
Pessoas capazes de influenciar o pagamento do crédito	Família	Exemplo de respostas: Família – Esposa - Pai – Sogra - Filha – Filhos - Parentes –	48	21
	Banco	Exemplo de respostas: Banco - Gerente do Banco - Técnicos do Banco –	28	12
	Assentados	Exemplo de respostas: Assentados - moradores do Assentamento – Vizinhos no Assentamento - Técnico do Assentamento -	21	9
	Agricultores	Exemplo de respostas: vizinhos (dos agricultores) - agricultores – produtores – amigos (dos agricultores) - avalista (dos agricultores) -	13	6
	Emater	Exemplo de respostas: Emater – Técnico da Emater -	13	6
	Associação	Exemplo de respostas: Presidente da Associação - Associação dos Assentados - Lideranças do Assentamento –	11	5
	Igreja	Igreja – Igreja – Igreja – Igreja -	4	2
	Incra	Incra – Incra – Incra –	3	1
	Sindicato	Sindicato – Sindicato – sindicato –	3	1
	Cooperativa	Cooperativa - Presidente da Cooperativa -	2	1
	Vendedores	vendedor que vende a criação –	1	1
	Associação Comunitária Rural	(Lideranças) da Associação Comunitária Rural -	1	0,5
	Movimento social	Movimentos sociais -	1	0,5
	CPT	Comissão Pastoral da Terra (CPT) -	1	0,5
	Pessoas capazes de influenciar o não pagamento do crédito	Central dos Trabalhadores	Central dos Trabalhadores –	1
Adremes		Técnicos da Adremes -	1	0,5
Ele mesmo		Exemplo de respostas: Ele próprio - ela mesma -	16	6
Assentados		Exemplo de respostas: Assentados – Outros assentados – Vizinhos - Cabra que faz empréstimo no Banco -	17	7
Agricultores		Exemplo de respostas: Fazendeiros ricos - Produtor rico – Agricultor de fora – vizinho (dos agricultores) –	10	4
Pessoas sem projeto		Exemplo de respostas: Cabra que não fez projeto - Pessoas que não tem compromisso - Pessoas que moram na cidade –	8	3
Políticos		Político - Deputado da Região – Político baixo - Político -	4	2
Comerciantes		Comerciante – Comerciante – Comerciantes –	3	1
Presidente da Associação		Presidente da Associação -	1	0,5
Ninguém		Exemplo de respostas: Nenhuma pessoa – Ninguém –	20	9
Subtotal		231	100	

Categoria III – Crenças de Controle					
Estratégia para o pagamento do crédito	Compra e venda de animais e seus produtos	Exemplo de respostas: os bichos servem para pagar as prestações - se não criar um gado não dá - tem que ter a produção da criação - venda de leite - vender ovelha -	92	56	27
	Aplicação dos recursos conforme planejado no projeto técnico	Exemplo de respostas: o que sobra vai botando na caixa - ir guardando - guardar (dinheiro) - concretizar o que planejamos - ver como vai ser -	17	10	
	Comportamento pró-ativo	Exemplo de respostas: a gente vai batalhar para pagar - filho contribui - depende de cada um pra ele (Pronaf) dá certo -	15	9	
	Serviços e negócios não agrícolas	Exemplo de respostas: fazer frete - trabalhar com táxi - confecção de roupas - dinheiro a juro	13	8	
	Produção e comercialização de produtos agrícolas	Exemplo de respostas: a plantação não dá (pra pagar) - (contribuiu) a plantação de banana - esforcei para melhorar o terreno - legumes - (venda de) milho -	12	7	
	Negociação da dívida	Exemplo de respostas: se não, prorroga - o negócio é renegociar ou perder - a saída é a renegociação da dívida - a tendência é renegociar -	10	6	
	Apoio de familiares aposentados	Exemplo de respostas: inteirar com o dinheiro da aposentadoria - o pai e a mãe são aposentados -	4	3	
	Seguro dos investimentos	falta do Proagro - não tivemos seguro -	2	1	
Subtotal			165	100	
Total			597		100